

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

Nome em citações bibliográficas: SÁ, A.A.C.S.; SÁ, Adriana

Sexo: Feminino

Filiação: Senil Luiz Sá /Francisca Maria dos Santos Sá

Cart. Identidade: MG- [REDACTED] SSP/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS Conta nº: [REDACTED] Banco: Banco do Brasil Agência: [REDACTED]

Endereço Residencial R. Camilo Prates Sobrinho, 126
Bairro – Grão Pará
Cep: 39800-165
Tel.: ([REDACTED])

E-mail: adriana.sa@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2017- Doutorado em Ciências Humanas
2022 Instituição: UFSC/SC

2012- Mestrado em
2014 Instituição: Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE/MG

2002- Graduação em Administração
2005 Instituição: FUNdação Educacional do Nordeste Mineiro - FENORD/MG

Atuação Profissional

1

	Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.
--	-------------------------------	--

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Edmilson Eduardo da Silva

Nome em citações bibliográficas: SILVA, E.E.

Sexo: Masculino

Filiação: José Eduardo da Silva / Albertina de Souza Silva

Cart. Identidade: MG- [REDACTED] SSP/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS Conta nº: [REDACTED] Banco: Caixa Econômica Federal Agência: [REDACTED]

Endereço Residencial Avenida Tietê, 113 - Casa B
Bairro – Jardim São Paulo
Cep: 39803-369
Tel.: [REDACTED] E-mail: edimilson.eduardo@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2018-2020 Doutorado em Administração
Instituição: Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS/SP

2011-2013 Mestrado em Administração Pública
Instituição: Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG

2004-2007 Especialização em Gestão de Empresas com Ênfase em Micro e Pequenas
Instituição: Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG

1999-2003 Graduação em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG

Atuação Profissional

1

Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40,
-------------------------------	---

		Regime: Dedicção exclusiva.

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Felismina Dalva Teixeira Silva

Nome em citações bibliográficas
SILVA, F.D. T

Sexo

F

Filiação

Miguel Nunes
Teixeira e maria
Salomé Ferraz da
Silva

Cart. Identidade

M [REDACTED] MG

SSP/

CPF

[REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS

Conta nº

[REDACTED]

Banco:

Brasil

Agência:

[REDACTED]

Endereço

Residencial
Rua Dr Breno
Fernandes da
Silva

Rua
Bairro -
Cep 39803500 - Funcionários
Tel- ([REDACTED])
felismina.dalva@ufvjm.edu.br

E-mail:

Formação Acadêmica/Titulação

.....
a
.....
Doutorado em Educação
Instituição:
Universidade Federal de Uberlândia

.....a.....
.
Mestrado em Educação
Instituição:
Educação - Universidade Metodista de Piracicaba

.....
a
Especialização em
Instituição:
Psicologia Educacional - Alfabetização e Linguagem

.....
a
Graduação em
Instituição:
Pedagogia - Fundação Educacional Nordeste Mineiro/Teófilo Otoni
História - Universidade Estácio de Sá

Atuação Profissional

- 1 Metodologia Científica
História da Educação

**Vínculo
institucional** Professora

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: José Carlos Freire

Nome em citações bibliográficas: FREIRE, J. C.

Sexo: Masculino

Filiação: Lázaro Lemos Freire / Maria Rosária Bueno Freire

Cart. Identidade: ██████████ SSP/MG

CPF: ██████████

DADOS BANCÁRIOS Conta nº: ██████████ Banco: Caixa Econômica Federal Agência: ██████████

Endereço Residencial Rua José Eurico Soares, 145-B
Bairro – Fátima
Cep: 39800-196
Tel.: (██████████)

E-mail: freire.jose@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2017-2021 Doutorado em Ciências Humanas
Instituição: UFSC/SC

2008-2010 Mestrado em
Instituição: Faculdade de São Bento/SP

2004-2007 Graduação em Filosofia
Instituição: USP/SP

Atuação Profissional

1

	Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

Nome em citações bibliográficas: SUCUPIRA, G. I. C. S

Sexo: Feminino

Filiação: Maria Aparecida da Conceição e Silva / Eustáquio Antônio da Silva

Cart. Identidade: MG- [REDACTED] PC/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS Conta Corrente nº: [REDACTED] Banco: Banco do Brasil
Agência: [REDACTED]

Endereço Residencial Rua Margarida Alves, 15
Bairro Vila Esperança - Teófilo Otoni/MG
Cep: 39803-267
Tel.: [REDACTED]

E-mail: grazielle.silva@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2017-2021 Doutorado em Administração
Instituição: Universidade de Brasília - UnB

2008-2011 Mestrado em Economia Aplicada
Instituição: Universidade de Viçosa - UFV

2002-2006 Graduação em Gestão de Cooperativas
Instituição: Universidade de Viçosa - UFV

Atuação Profissional

1

Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.
-------------------------------	--

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome:

Niusarte Virginia Pinheiro

Nome em citações bibliográficas

N. V. PINHEIRO

Sexo

Feminino

Filiação

Pai: Hildebrando Rodrigues Pinheiro

Mãe: Terezinha Virginia Pinheiro

Cart. Identidade: MG- [REDACTED]

SSP/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS

Conta nº: [REDACTED]

Banco: Banco do Brasil

Agência: [REDACTED]

Endereço Residencial

Rua: Dulce Veiga, 05, apt. 101

Bairro: Castro Pires

Cep: 39.802-319

Telefone: [REDACTED]

E-mail: niusarte@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2015 a **Doutorado:** *Educação*

2019 **Instituição:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

2009 a **Mestrado:** *Gestão Integrada do Território*

2012 **Instituição:** Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

2001 a **Especialização:** Formação de Orientadores Acadêmicos para a Modalidade Educação a Distância.

2003 **Instituição:** Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

1986 a **Graduação:** Pedagogia

1989 **Instituição:** Fundação Educacional Nordeste Mineiro - FENORD

Atuação Profissional

1. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Vínculo: institucional: efetivo

|



Anuência da Chefia Imediata

Eu, Edinelço Dalcumune, Chefe do Departamento de Ciências Exatas (DCEX), SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que a servidora Felismina Dalva Teixeira Silva, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINELCO DALCUMUNE
Data: 10/04/2024 14:59:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edinelço Dalcumune
Chefe do Departamento de Ciências Exatas



Anuência da Chefia Imediata

Eu, Edinelço Dalcumune, Chefe do Departamento de Ciências Exatas (DCEX), SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que a(o) servidor(a) Niusarte Virginia Pinheiro, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINELCO DALCUMUNE
Data: 10/04/2024 16:07:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Edinelço Dalcumune
Chefe do Departamento de Ciências Exatas



Anuência da Chefia Imediata

Eu, Diogo Prado Evangelista, Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS), SIAPE [REDACTED], declaro estar ciente de que a(o) servidor(a) José Carlos Freire, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **DIOGO PRADO EVANGELISTA**
Data: 10/04/2024 16:15:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Diogo Prado Evangelista
Chefe do DCHS

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR DISCIPLINA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		TOTAL HORAS/AULA
	TEÓRICA	PRÁTICA	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO			
Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30		30
Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45		45
Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30		30
Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45		45
TOTAL			150

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		TOTAL HORAS/AULA
	TEÓRICA	PRÁTICA	
ÁREA DE DOMÍNIO CONEXO			
Introdução à EAD	30		30
Gestão de Pessoas na Escola	30		30
Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30		30
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30		30
Metodologia da Pesquisa	30		30
TOTAL			150

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		TOTAL HORAS/AULA
	TEÓRICA	PRÁTICA	
OBRIGATÓRIAS			
Política e Sociedade	30		30
Políticas Públicas	30		30
Gestão Pública	30		30
TOTAL			90
TOTAL GERAL			390 h

CORPO DOCENTE DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

	NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	RESP. DISC.	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA / DISC.		
					TEÓR.	PRAT.	TOTAL
	Niusarte Virginia Pinheiro	Doutorado	x	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30		30
	Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira	Doutorado	x	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45		45
	Felismina Dalva Teixeira Silva	Doutorado	x	Gestão de Pessoas na Escola	30		30
	Niusarte Virginia Pinheiro	Doutorado	x	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30		30
	Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira	Doutorado	x	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45		45
	Edimilson Eduardo da Silva	Doutorado	x	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30		30
	Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá	Doutorado	x	Introdução à EAD	30		30
	José Carlos Freire	Doutorado	x	Política e Sociedade	30		30
	José Carlos Freire	Doutorado	x	Políticas Públicas	30		30
	Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá	Doutorado	x	Gestão Pública	30		30
	Felismina Dalva Teixeira Silva	Doutorado	x	Metodologia da Pesquisa	30		30
	Edimilson Eduardo da Silva	Doutorado	x	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30		30
CARGA HORÁRIA TOTAL: 390							

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI -
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CURSO (18 MESES)**

Mês/Ano	Semana / Dias	Disciplina	CH/A
Out e Nov/24	5ª 14/10 a 17/11/24	Introdução à EAD	30
Nov e Dez/24	5ª 18/11 a 22/12/25	Política e Sociedade	30
Jan e Fev/25	5ª 05/01 a 09/02/25	Políticas Públicas	30
Fev e Mar/25	5ª 10/02 a 16/03/25	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
Mar e Abr/25	5ª 17/03 a 20/04/25	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
Abr, Maio e Jun/25	09ª 21/04 a 22/06/25	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
Jun e Jul/25	5ª 23/06 a 27/07/25	Gestão Pública	30
Jul, Ago e Set/25	09ª 28/07/25 a 21/09/25	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
Set e Out/25	5ª 12/09 a 26/10/25	Gestão de Pessoas na Escola	30
Out e Nov/25	5ª 27/10 a 30/11/25	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
Dez/25 e Jan/26	7ª 01/12 a 31/01/26	Metodologia da Pesquisa	30
Fev e Mar/26	6ª 01/02 a 13/03/26	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30

ANEXO II
DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR MÊS

MÊS	SEMANA	HORAS	MÊS	SEMANA	HORAS	MÊS	SEMANA	HORAS
<u>OUTUBRO/202</u> 4	3 ^a	20	JULHO	3 ^a	15			
NOVEMBRO	4 ^a	20	AGOSTO	4 ^a	30			
DEZEMBRO	3 ^a	15	SETEMBRO	4 ^a	30			
<u>JANEIRO/2025</u>	3 ^a	15	<u>OUTUBRO</u>	4 ^a	30			
FEVEREIRO	3 ^a	15	NOVEMBRO	4 ^a	30			
MARÇO	4 ^a	30	DEZEMBRO	4 ^a	15			
ABRIL	4 ^a	30	<u>JANEIRO/2026</u>	4 ^a	15			
MAIO	4 ^a	30	FEVEREIRO	4 ^a	15			
JUNHO	4 ^a	30	MARÇO	4 ^a	15			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ANUÊNCIA DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, Ana Catarina Perez Dias, Diretora da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que a servidora Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Diamantina, 10 de abril de 2024.

Ana Catarina Perez Dias

Diretora de Educação Aberta e a Distância/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina Perez Dias, Diretor (a)**, em 11/04/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1390279** e o código CRC **F1343BCD**.

Referência: Processo nº 23086.004879/2024-47

SEI nº 1390279



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ANUÊNCIA DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, Ana Catarina Perez Dias, Diretora da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que a servidora Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Diamantina, 10 de abril de 2024.

Ana Catarina Perez Dias

Diretora de Educação Aberta e a Distância/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina Perez Dias, Diretor (a)**, em 11/04/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1390307** e o código CRC **103ADAB4**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM
GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASÍLIA

2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM
GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância

Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof.^a Dra. Heloisa Candia Hollnagel (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização em Gestão Escolar

b) Proponente:

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Diretoria de Educação Aberta e a Distância

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Processo seletivo

f) Duração do curso:

O Curso foi concebido para ser integralizado em 18 (dezoito) meses.

Para o desenvolvimento dos conteúdos, serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- a) Arquivos online de apostilas para apoio ao estudo, por disciplina;
- b) Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- c) Encontros presenciais quando disponibilizado recursos pela Capes; e
- d) Sistema de acompanhamento (tutoria).

g) Previsão para Início das atividades:

O Curso de Especialização em Gestão Escolar ofertará 300 (trezentas) vagas para a primeira turma com início previsto para outubro de 2024, com o objetivo de capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercer a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil;

- Resolução CONSEPE nº 22, de 16 de março de 2017, que estabelecem normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM;
- Resolução CONSEPE nº 18, de 26 de abril de 2018, que regulamenta o funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, cursos de especialização presenciais ou a distância e residência em área profissional da saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um

modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas

públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação

dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

A relação entre educação e desenvolvimento regional é de extrema importância e as universidades desempenham um papel fundamental na promoção desse desenvolvimento, especialmente nas regiões em que estão inseridas. Os cursos de graduação e pós-graduação são a principal porta de entrada para a inserção regional da UFVJM, e a partir deles, são desenvolvidas inúmeras outras estratégias que envolvem a comunidade interna e externa. São grupos de estudos nas diferentes áreas do conhecimento contempladas pelos cursos ofertados pela instituição; projetos de pesquisa e extensão voltados para as comunidades e suas demandas; estágios nas instituições que demandam as áreas de formação ofertadas pelos cursos (escolas, hospitais, instituições de longa permanência, unidades básicas de saúde, setores produtivos, dentre outros), bem como parcerias com diferentes entidades públicas tanto nas cidades-sede quanto nas regiões de abrangência da instituição (PDI-UFVJM, 2024-2028).

A UFVJM está inserida em quatro Regiões Geográficas Imediatas do estado de Minas Gerais: Diamantina (13 municípios e um total de 126.144 habitantes), sede da universidade; Janaúba (11 municípios e um total de 208.743 habitantes), Teófilo Otoni (27 municípios e um total de 453.423 habitantes) e Unaí (11 municípios e um total de

186.741 habitantes). Isso representa a abrangência de 62 municípios e uma população total de 975.051, na qual a universidade se faz presente por meio dos seus cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Ao considerar essa população ativa com potencial para estudar na UFMG, é possível traçar o cenário apresentado na figura abaixo com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Figura 1 - População e número de cursos por região imediata de abrangência da UFMG

Área de abrangência da UFMG		População IBGE (2022)	Pop. entre 18 e 59 anos	Nº de cursos/ Região Imediata	Pop. entre 18 e 59 anos/ Curso	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)				IDEB (2021)
Região Imediata	Nº de Municípios					IDHM	Renda	Longevidade	Educação	
Diamantina	13	126.144	76.191	26	2.930	0,624	0,599	0,805	0,513	5,6
Janaúba	11	208.743	126.081	4	31.520	0,628	0,584	0,792	0,537	5,3
Teófilo Otoni	27	453.423	273.867	10	27.387	0,606	0,591	0,791	0,478	5,2
Unai	11	186.741	112.792	5	22.558	0,663	0,629	0,811	0,571	5,4
TOTAL	62	975.051	588.931	45	13.087	0,630	0,601	0,800	0,525	5,4

Fonte: IBGE, Atlas Brasil e INEP citado por (PDI-UFVJM, 2024-2028).

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Polos em que serão ofertadas vagas

POLO	NÚMERO DE VAGAS
ÁGUAS FORMOSAS	30
ARAÇUAÍ	30
BOCAIÚVA	30
BURITIS	30
JANUÁRIA	30
JEQUITINHONHA	30

JOAÍMA	30
JOÃO PINHEIRO	30
MINAS NOVAS	30
MONTE AZUL	30

8 Aspectos institucionais

A Faculdade de Odontologia (FAOD) foi criada em setembro de 1953, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com desenho de Niemeyer, a FAOD foi a semente do que hoje é a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O curso de Odontologia iniciou suas atividades em maio de 1954 com 15 alunos matriculados e funcionando, provisoriamente, na sede de um grupo escolar (atual Júlia Kubitschek). O edifício-sede da faculdade foi fundado no ano seguinte, construído na Rua da Glória, e refletia a modernidade da implantação do ensino superior na cidade, além de apresentar o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. No dia 17 de dezembro de 1960, foi federalizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek e transformou-se em Faculdade Federal de Odontologia (FAFEOD) (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Por muitos anos o curso de Odontologia foi o único oferecido pela FAFEOD, uma vez que a federalização não acarretou muitas melhorias ou o encaminhamento de recursos para a instituição. Em 1997 foi criado o curso de Enfermagem e, em 2002, com a autorização dos cursos de graduação de Fisioterapia, Farmácia e Nutrição, na área da Saúde, e Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal, nas Ciências Agrárias, a FAFEOD tornou-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID). Em 8 de setembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PDI-UFVJM, 2024-2028).

A implantação da universidade nos referidos Vales, também por meio da implementação do Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica. Em 2011 foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFVJM a criação dos campi de Unaí/MG e

Janaúba/MG. Por meio da Resolução Consu nº 18, de 9 de novembro de 2012, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Unaí; e, por meio da Resolução Consu nº 10, de 6 de setembro de 2013, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Janaúba. Com a criação desses campi e respectivos cursos, consolidou-se o compromisso da UFVJM de atuar nos territórios da metade setentrional do estado, através de sua inserção nas quatro mesorregiões do estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Norte de Minas (PDI-UFVJM, 2024-2028).

O desafio é promover uma gestão multicampi orgânica eficiente, valorizando a autonomia no contexto de um sistema universitário integrado, tendo a aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais inovadores e comprometidos como capilaridade para alcance de todos na sociedade. Atualmente, os cinco campi da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri atendem à população da vasta região Norte de Minas Gerais. Desde a sua criação, a instituição vem desenvolvendo importante trabalho, definindo um novo rumo para a juventude de uma região empobrecida, onde uma das maiores carências ainda é a falta de uma estrutura de ensino superior gratuita abrangente. Assim, os investimentos institucionais em pesquisa, ensino, extensão e cultura, nos níveis de graduação e pós-graduação, são fundamentais para a região (PDI-UFVJM, 2024-2028).

8.1 Missão

Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental (PDI-UFVJM, 2024-2028).

8.2 Princípios e valores

A UFVJM tem como visão se consolidar-se como uma universidade socialmente relevante no âmbito regional, nacional e internacional. Para isso, a UFVJM tem como valores fundamentais: (i) Ética; (ii) Transparência; (iii) Sustentabilidade; (iv) Democracia; (v) Eficiência; (vi) Formação de qualidade; (vii) Inclusão; (viii) Excelência; (ix) Diversidade; e, (x) Inovação (PDI-UFVJM, 2024-2028).

8.3 Outros aspectos

A política pedagógica adotada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é pautada por princípios que orientam e norteiam as práticas acadêmicas em diferentes níveis de formação dos indivíduos. Esses princípios fundamentais visam ao desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo. Um dos princípios que guia a política pedagógica da UFVJM é o compromisso com a qualidade da educação superior. A instituição busca constantemente aprimorar seus cursos de graduação, pós-graduação e demais programas educacionais, oferecendo uma formação sólida e atualizada. Por meio do diálogo constante com a comunidade acadêmica e a análise de indicadores internos e externos, a UFVJM identifica as demandas e necessidades dos estudantes, adaptando suas práticas, de acordo com as especificidades de cada curso, para atender a essas expectativas (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Além disso, a UFVJM tem como princípio a valorização da formação integral dos indivíduos. A universidade reconhece a importância de promover uma educação que vá além dos aspectos técnicos e científicos, incluindo também a formação ética, cidadã e humanística. Busca-se, assim, desenvolver nos estudantes habilidades e competências essenciais para o exercício profissional e para a atuação social responsável. Outro princípio norteador é a interação entre a universidade e a sociedade. A UFVJM entende que sua missão vai além dos muros da instituição, sendo necessário estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade em que está inserida. Isso se reflete na promoção de atividades de extensão, que visam uma relação de troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a sociedade, buscando o desenvolvimento mútuo (PDI-UFVJM, 2024-2028).

A política pedagógica da UFVJM também prioriza a interdisciplinaridade e a inovação nas práticas acadêmicas. Reconhecendo a complexidade dos problemas contemporâneos, a universidade busca estimular a integração entre diferentes áreas do conhecimento, incentivando a interação entre professores e estudantes de diferentes cursos e programas. Dessa forma, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento

de soluções inovadoras e para a formação de profissionais com uma visão ampla e multidisciplinar. Por fim, a política pedagógica da UFVJM destaca o compromisso com a inclusão e a diversidade. A universidade busca promover uma educação que respeite e valorize as diferenças garantindo o acesso equitativo aos recursos educacionais e proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Com base nesses princípios, a UFVJM reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos, preparando-os para enfrentar os desafios e contribuir de forma significativa para a sociedade. A política pedagógica adotada pela universidade busca garantir uma educação de qualidade, integral, interdisciplinar, inovadora, inclusiva e comprometida com a transformação social.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

A concepção do curso de Especialização em Gestão Escolar está fundamentada no que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) das Licenciaturas (2019) quanto à formação de gestores para a Educação Básica. Conforme o artigo 64 da LDB a formação de gestores educacionais pode se dar em cursos de Pedagogia ou em nível de pós-graduação. Em 2019, as novas DCN's das Licenciaturas reforçaram essas possibilidades, contudo, retirando da carga horária mínima da graduação em Pedagogia, a formação do gestor escolar, que a partir de 20 de março de 2024 “[...] será correspondente a 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia.” Essa nova configuração da formação do administrador escolar reforça a necessidade da oferta de cursos de Especialização em Gestão Escolar, que possam efetivar a formação de gestores para a Educação Básica com ampla competência pedagógica e base democrática, em conformidade com a legislação nacional.

Com ênfase na gestão pública, o curso de Especialização em Gestão Escolar concebe a formação de profissionais da administração escolar com perfil para desenvolver uma gestão dialógica e participativa, que prima pela organização

democrática da comunidade escolar. Para a consolidação desse perfil profissional é fundamental efetivar os saberes da práxis, no conhecimento dos problemas e potencialidades do contexto locorregional. Foi pensada para esse curso a oferta de uma formação científica, ética, política e humanística, que poderá contribuir para o desenvolvimento da região, pela atuação de gestores, em especial gestores públicos, que tenham em vista o desenvolvimento social e econômico de sua região de atuação.

Nessa concepção, o curso de Especialização em Gestão Escolar formará o profissional articulador, crítico-reflexivo, capaz de identificar problemas e desenvolver soluções, sempre pautado na ética e na democracia.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Escolar é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
11	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
12	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas.** Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas.** Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas:** gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política:** experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA

Como produzir um trabalho de conclusão de curso seguindo as regras da ABNT, esclarecimento a diferença entre referencial teórico e plágio. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 7 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais
Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Disciplina 11 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. *In*: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais**: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários**: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 12 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da UAB, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio pedagógico, administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC's utilizadas no curso.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

- a. Produção dos Materiais
- b. Formação de Tutores
- c. Formação em Gestão de Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso.
- d. Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual

de Aprendizagem utilizado

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

As coordenações, geral e pedagógica, dos Cursos serão exercidas por professores do quadro permanente de IFES, com título de doutor .

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a

garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e

pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- Podcast

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais poderão ocorrer a depender da disponibilidade de recursos concedidos pela CAPES.

Os encontros presenciais, caso ocorram, serão planejados, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades

a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, projetos de extensão, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e

de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A avaliação não é apenas uma atividade, mas sim uma poderosa ferramenta política essencial para orientar decisões importantes. Ela vai além de simples análises e reflexões sobre a estrutura e organização do curso; também abrange aspectos políticos cruciais no processo de formação de profissionais em Gestão Escolar.

Destacam-se diversos aspectos de grande importância para embasar as decisões relacionadas ao curso: a avaliação da proposta curricular, da aprendizagem, do material didático, da orientação, do sistema de comunicação da EaD e do impacto do curso na formação dos profissionais em Gestão Escolar. Estas avaliações são fundamentais para garantir um ensino de qualidade e uma formação eficaz, proporcionando insights valiosos para aprimorar continuamente nosso programa.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

O objetivo da avaliação dos subsistemas de Educação a Distância (EaD) dentro do curso de Gestão Escolar é supervisionar e aprimorar todas as etapas do processo pedagógico, assegurando o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Para isso, será empregada uma avaliação contínua de 360 graus, envolvendo todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem, incluindo estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e o coordenador do curso. Esta avaliação abrange os seguintes aspectos:

- (i) desempenho do estudante;
- (ii) desempenho dos professores-tutores;
- (iii) desempenho dos professores formadores;
- (iv) adequação do sistema de tutoria;
- (v) adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- (vi) qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- (vii) qualidade e adequação do atendimento administrativo;

- (vii) desempenho da coordenação do curso; e
- (ix) eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 Avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no curso de Especialização em Gestão Escolar fundamenta-se nas perspectivas de avaliação formativa e processual e envolve diversos aspectos dos processos de ensino e aprendizagem como a relação professor-aluno, metodologias, pressupostos da aprendizagem, objetivos e habilidades e competências do perfil do egresso. Entendendo que a principal função do processo avaliativo é o diagnóstico da aprendizagem dos estudantes, a avaliação no curso oferecerá os elementos necessários para a práxis docente. Nesse sentido, a avaliação subsidiará a busca por melhorias no processo pedagógico.

A avaliação nas disciplinas do curso ocorrerá por meio de diversas formas, procedimentos, estratégias e ferramentas avaliativas, podendo o docente realizar diferentes metodologias, como: provas, com questões discursivas e objetivas, produção de textos em gêneros diversos, práticas de pesquisa, de extensão, debates, entrevistas, seminários, visitas técnicas, portfólios, projetos interdisciplinares, entre outras. Os trabalhos e atividades poderão ser desenvolvidas individualmente, em dupla ou em grupos.

A frequência mínima de 75% será aferida mediante a realização das atividades síncronas e assíncronas. Com valor total de 100 pontos em cada disciplina, será considerado aprovado o estudante que obtiver aproveitamento igual ou superior a 60

(sessenta) pontos.

No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos.

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, webconferência, chat, *Stream Yard* e transmissão via conta do *Youtube*, dentre outras estratégias oportunizadas pelas tecnologias da Comunicação e da Informação que possibilitam integrar diferentes mídias, suportes e linguagens, possibilitando interação e comunicação.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, plataforma Moodle UFVJM, é modelado a partir das necessidades específicas de cada curso, possibilitando a inserção do material didático e pedagógico, além de outros recursos disponíveis utilizados conforme a finalidade pedagógica. Para tal, envolverá as seguintes atividades:

- a) Disponibilização dos conteúdos programáticos (objetos de aprendizagem) no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, no Moodle UFVJM;
- b) Cada disciplina terá um mínimo de uma webconferência, caso haja disponibilidade de recurso pela CAPES, poderão ocorrer encontros presenciais;
- c) As defesas de TCC serão todas na modalidade não presencial, e adotará a ferramenta Google Meet.

O aluno pode concluir integralmente seu curso no local onde está, dispensando a necessidade de participar de atividades presenciais, inclusive da aula inaugural. A aula abordará orientações e uma breve introdução à utilização

dos recursos do Moodle e da plataforma E-Campus UFVJM. Também serão apresentados o cronograma do curso e informações sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além dos procedimentos para obter o certificado de conclusão.

Uma das ações na qual os cursistas terão maior alcance de interatividade será a participação de fóruns de discussão, junto aos docentes e aos tutores.

A IPES, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REGULAMENTO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), manterá o Curso de Especialização Gestão Escolar, modalidade a distância.

§ 1º O Curso visa o aprimoramento técnico e científico do pós-graduando capacitando-o para o exercício da Especialidade em Gestão Escolar, conforme normas baixadas pela Resolução nº 13 - CONSEPE de 09/02/2012, Resolução CNE/CES nº 1, de 08/06/2007 e Regulamento Geral de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*/UFVJM.

§ 2º O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar confere o título de Especialista em Gestão Escolar.

Art. 2º - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar tem por objetivos:

- I - Contribuir para a formação de profissionais da educação no campo da gestão educacional;
- II - Refletir sobre o sistema escolar brasileiro a partir das políticas educacionais vigentes;
- III - Contribuir para o desenvolvimento de habilidades de gestão escolar na perspectiva da gestão democrática;
- IV - Contribuir para a ampliação das capacidades de analisar e solucionar problemas, elaborar e executar projetos nas dimensões pedagógica e administrativa.

Art. 3º - O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar será realizado sob a responsabilidade da UFVJM, coordenado por um professor da área e ministrado por uma equipe de docentes de alto nível, ligada ao ensino da especialidade.

Art. 4º - Em conformidade com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFVJM, o Curso terá um Colegiado e uma Coordenação.

Art. 5º - O programa será dirigido por um Coordenador que será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo seu substituto legal.

Art. 6º - O Curso terá duração de 18 (dezoito) meses, perfazendo um total de 390 (trezentos e noventa) horas. A distribuição mensal das aulas acha-se especificada nos Anexos: I (Distribuição da Carga Horária por Disciplina e Cronograma do curso) e anexo II (Distribuição da Carga Horária por mês).

Art. 7º - A programação do Curso será distribuída nas seguintes áreas:

- A- Área de Concentração
- B- Área de Domínio Conexa
- C- Disciplinas Obrigatórias

Parágrafo único: Entende-se por área de concentração, a parte específica do Curso, por área de domínio conexa, o conjunto de disciplinas que visa complementar a formação do especialista e por disciplinas obrigatórias, aquelas ligadas a um campo específico do conhecimento.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO

Art. 8º - As inscrições serão efetuadas mediante publicação de edital pela Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD). Os candidatos ao curso deverão, no prazo estabelecido pelo Edital, encaminhar ao email informado no certame os seguintes documentos:

- a) comprovante de inscrição “Sistema de Gestão de Inscrições” disponível no sítio www.ufvjm.edu.br/prppg/processos
 - a.1) após o preenchimento do formulário, o candidato deverá clicar em "Enviar" para gerar o comprovante de inscrição, que deverá ser assinado e encaminhado juntamente aos demais documentos de inscrição;
- b) diploma (frente e verso) do curso de graduação;
 - b.1) candidato cujo diploma ainda não tenha sido expedido, poderá efetuar a inscrição, desde que apresente declaração oficial da instituição indicando as datas de conclusão e colação de grau do curso de graduação;
 - b.2) candidato cujo curso de graduação tenha término previsto para data posterior à inscrição, deverá apresentar declaração da IES de origem, indicando a data provável da conclusão do curso e colação de grau, a qual deverá ser anterior à data para a efetivação da matrícula, conforme cronograma deste Edital;
 - b.3) caso o curso de graduação tenha sido concluído no exterior, o diploma deverá ser revalidado por instituição brasileira, conforme legislação específica;
- c) histórico (frente e verso) do curso de graduação;
- d) carteira de identidade (RG) (frente e verso);
 - d.1) não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou de documento expedido por órgão de classe profissional, como documento de identificação;
 - d.2) no caso de estrangeiro, deverá ser apresentada fotocópia do passaporte;
- e) CPF (esse documento é dispensável no caso de o RG apresentar tal número);
- f) certificado de reservista ou certificado de dispensa do serviço militar, para os candidatos brasileiros do sexo masculino (frente e verso);
- g) certidão de quitação eleitoral disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- h) 01 (uma) via do Currículo Lattes. O Currículo Lattes deverá ser preenchido a partir da Plataforma Lattes do CNPq, disponível no sítio <http://lattes.cnpq.br>.

CAPÍTULO III - DA SELEÇÃO E DO LIMITE DE VAGAS

Art. 9º - A seleção dos candidatos será feita por comissão constituída pela Coordenação do Curso e terá como base Análise do Currículo Lattes devidamente comprovado.

Parágrafo único - O resultado da seleção será disponibilizado no site da DEAD/UFVJM.

Art. 10 - O número de vagas oferecidas pelo curso será de 300 (trezentas) assim distribuídas:

POLO	VAGAS
Agua Formosa	30
Araçuaí	30
Bocaiúva	30
Buritis	30
Januária	30
Jequitinhonha	30
Joáima	30

João Pinheiro	30
Minas Novas	30
Monte Azul	30
TOTAL	300

CAPÍTULO IV - DA MATRÍCULA

Art. 11 - Após o resultado da seleção, os candidatos serão convocados a efetivarem a matrícula, respeitando-se o número de vagas e prazo estabelecidos no Edital, apresentando toda a documentação exigida nas orientações do Edital:

- a) Requerimento de matrícula conforme modelo disposto no Anexo III;
- b) Fotocópia da Certidão de Nascimento ou de Certidão de Casamento, se for o caso;
- c) Fotocópia (frente e verso) da carteira de identidade (RG). No caso de estrangeiro, fotocópia do passaporte;
 - c.1) Não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou de documento expedido por órgão de classe profissional, como documento de identificação, exceto se nesses documentos constarem informações necessárias à emissão do certificado de pós-graduação, ou seja, naturalidade, órgão expedidor e data de expedição do RG;
- d) fotocópia do CPF (esse documento é dispensável no caso de o RG apresentar tal número);
- e) fotocópia (frente e verso) do Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa do Serviço Militar, para brasileiros do sexo masculino;
- f) certidão de quitação eleitoral disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- g) fotocópia (frente e verso) do diploma do curso de graduação;
 - g.1) em caráter excepcional, poderá ser aceita, provisoriamente, certidão de conclusão constando a data da colação de grau do curso de graduação, o qual não poderá ultrapassar a data prevista para a matrícula.
 - g.2) caso o curso de graduação tenha sido concluído no exterior, o diploma deverá ser revalidado por instituição brasileira, conforme legislação específica;
- h) fotocópia (frente e verso) do histórico do curso de graduação
- i) 1 (uma) foto 3x4

Art. 12 - O aluno que não efetivar a matrícula no prazo estabelecido perderá o direito à vaga que poderá ser preenchida por candidato aprovado e imediatamente classificado.

CAPÍTULO V - DO CORPO DOCENTE

Art. 13 - O corpo docente do Curso previsto neste Regulamento será constituído da seguinte forma:

- A- Professor coordenador do Curso
- B- Professor coordenador de tutoria
- C- Professor coordenador de TCC
- D- Professores das áreas de concentração, domínio conexo e obrigatórias

§ 1º O professor coordenador deverá possuir, no mínimo, o título de Mestre.

§ 2º Poderão fazer parte do corpo docente, professores de outras Instituições de Ensino Superior, bem como técnicos, especialmente convidados, por indicação do Coordenador do Curso.

Art. 14 - Ao início do Curso será divulgado o elenco de professores encarregados pelas diversas disciplinas programadas. E ao início de cada semestre será divulgado o cronograma de início e fim de cada uma das disciplinas daquele semestre, sendo no terceiro semestre divulgado também o Manual de TCC do curso com o cronograma de defesas.

CAPÍTULO VI - DO CORPO DISCENTE

Art. 15 - O corpo discente do Curso Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar é formado por portadores de diploma de curso superior.

Parágrafo único - Em caso de exigência pela CAPES, em seus editais de distribuição de vagas para a Especialização em Gestão Escolar, poderão ser acrescentadas formação e/ou vínculos específicos a serem indicados no Edital de seleção discente.

Art. 16 - Na efetivação da matrícula o aluno assumirá o compromisso de obedecer a este Regulamento, o Manual de TCC do curso e as deliberações colegiadas do curso.

CAPÍTULO VII - DO REGIME DIDÁTICO, DA AVALIAÇÃO, DO APRENDIZADO E DA FREQUÊNCIA

Art. 17 - As disciplinas do Curso Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar serão oferecidas por período de tempo variáveis obedecendo o quadro demonstrativo de distribuição da carga horária, constante do Anexo I.

Art. 18 - O desenvolvimento das atividades programadas será em horas/aula à distância, com a possibilidade de encontros presenciais.

Art. 19 - As atividades de cada disciplina poderão ser avaliadas através de provas presenciais, relatórios, seminários, trabalhos e atividades no ambiente virtual de aprendizagem. Obrigatoriamente será realizada defesa do TCC.

§ 1º Cada disciplina distribuirá um total de 100 (cem) pontos, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver o mínimo de 60% de aproveitamento.

§ 2º O aluno reprovado em até duas disciplinas poderá repeti-las em turmas subsequentes, desde que seja oferecida nova turma, sem prejuízo do número de vagas pré-fixado.

§ 3º Será automaticamente desvinculado do curso o aluno que:

- a) for reprovado em três ou mais disciplinas;
- b) for reprovado duas vezes na apresentação do TCC;
- c) não cumprir as exigências do curso.

Art. 20 - Para obter o certificado de Especialista, o aluno deverá atender às seguintes exigências:

- A- Aprovação em todas as disciplinas;

B- Apresentação de TCC, perante uma comissão examinadora constituída por 02 (dois) examinadores e o professor orientador e entregar o TCC do curso, devidamente aprovado e corrigido, de acordo com a Resolução nº 13 do CONSEPE de 09/02/2012.

C- Frequência mínima de 75% da programação desenvolvida durante o Curso.

CAPÍTULO VIII - DA ORIENTAÇÃO E DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 21 Todo aluno admitido no Curso terá um Professor Orientador indicado pelo Coordenador do Curso, que supervisionará seu trabalho de Monografia.

Art. 22 Quando necessário, será indicado um Co-orientador que auxiliará e/ou substituirá o Orientador em suas funções, desde que apresente qualificação adequada.

Art. 23 A elaboração e apresentação da monografia deverão obedecer às normas especificadas pela PRPPG/UFVJM.

§ 1º O trabalho de conclusão de curso que envolva pesquisa com seres humanos não deverá ser iniciado antes da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

§ 2º O projeto de monografia que envolver trabalho experimental, depois de aprovado pelo Orientador, deverá ser encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa/UFVJM para aprovação, não devendo ser iniciado antes de sua aprovação.

Art. 24 O aluno não poderá apresentar o trabalho de conclusão do curso antes de obter o total dos créditos requeridos para o respectivo certificado.

Art. 25 Os alunos terão o prazo de 30 (trinta) dias, após a conclusão dos créditos, para a apresentação da monografia perante uma Comissão Examinadora constituída por 03 (três) professores, sendo um deles o orientador.

§ 1º Serão exigidos 04 (quatro) exemplares da monografia do candidato para ser submetida a avaliação da Comissão Examinadora.

§ 2º A Comissão Examinadora disporá de um prazo mínimo de 10 (dez) dias para avaliação prévia do trabalho.

Art. 26 Para ser considerado habilitado o candidato deverá obter em média o conceito igual ou superior a B.

§ 1º Caso a monografia seja reprovada, o candidato terá o prazo máximo de 03 (três) meses para refazê-la e submetê-la novamente à Comissão Examinadora.

§ 2º Aprovada a monografia com alterações, o candidato disporá de 60 (sessenta) dias para fazer as correções e entregá-las ao Coordenador do Curso com a declaração do orientador de que as mesmas foram efetuadas.

§ 3º O candidato que não cumprir o prazo estabelecido no caput deste artigo não fará jus ao título de especialista.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Este Regulamento está sujeito às normas vigentes ou que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Art. 28 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador que, se necessário, ouvirá o Conselho de Curso.

Art. 29 Este Regulamento entrará em vigor após sua aprovação pelos Órgãos competentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CARGA HORÁRIA E NÚMERO DE SEMANAS

a) Dia e horário das aulas presencias:

sextas-feiras – de 19h00m às 23h00m e aos sábados das 08h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h00m.

b) Carga horária:

390 horas-aluno, distribuídas em 3 módulos.

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

CH total: h/a

30

Professor responsável: Edimilson Eduardo da Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

Referências Básicas:

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

Referências Complementares:

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

CH total: h/a

30

Professor responsável: Edimilson Eduardo da Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Orientação temática, metodológica e científica para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Planejamento, estruturação, organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Básicas:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

CH total: h/a

30

Professor responsável: Edimilson Eduardo da Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Orientação temática, metodológica e científica para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Planejamento, estruturação, organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Básicas:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

CH total: h/a

30

Professor responsável: Niusarte Virginia Pinheiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais
Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidades sociais: experiências internacionais.

Referências Básicas:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.
PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em:
http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pis

a2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 **Assessment and Analytical Framework**. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Referências Complementares:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

CH total: h/a

45

Professor responsável: Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

Referências Básicas:

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

Referências Complementares:

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática**. São Paulo: Loyola, 1995.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Gestão de Pessoas na Escola

CH total: h/a

30

Professor responsável: Felismina Dalva Teixeira Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos _ PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

Referências Complementares:

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora

da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Gestão Pública

CH total: h/a

30

Professor responsável: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

Referências Básicas:

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

Referências Complementares:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Introdução à EAD

CH total: h/a

30

Professor responsável: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

Referências Básicas:

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

Referências Complementares:

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Metodologia da Pesquisa

CH total: h/a

30

Professor responsável: Felismina Dalva Teixeira Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

Referências Básicas:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Referências Complementares:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

CH total: h/a

45

Professor responsável: Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicados a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

Referências Complementares:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Política e Sociedade

CH total: h/a

30

Professor responsável: José Carlos Freire

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

Referências Básicas:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Referências Complementares:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva.
Brasília: UnB, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Políticas Públicas

CH total: h/a

30

Professor responsável: José Carlos Freire

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

Referências Básicas:

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Referências Complementares:

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

CH total: h/a

30

Professor responsável: Niusarte Virginia Pinheiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

Referências Complementares:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de

coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas _ PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselhofdas-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Professor Responsável



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições confere o Grau de *Doutor* a

José Carlos Freire

de nacionalidade brasileira, natural do Estado de Minas Gerais, carteira de identidade com registro geral número [REDACTED] e nascido a 29 de agosto de 1975, pela conclusão do Curso de *Doutorado do Programa de*

Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Defesa Pública de Tese de Doutorado, realizada em 17 de março de 2021, outorgando-lhe o título de

DOCTOR em CIÊNCIAS HUMANAS

na Área de Concentração: *Condição Humana na Modernidade*, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Florianópolis, 13 de abril de 2021.

[REDACTED]
Profª. Dra. Eunice Sueli Nouari
Coordenadora

José Carlos Freire
Titulado
201707479

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Barthazar
Reitor [REDACTED]



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições confere o Grau de *Doutora* a

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

de nacionalidade brasileira, natural do Estado de Minas Gerais, carteira de identidade com registro geral número [REDACTED] e nascida a 14 de novembro de 1971, pela conclusão do Curso de *Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas* e Defesa Pública de Tese de Doutorado, realizada em 15 de setembro de 2022, outorgando-lhe o título de

DOCTORA em CIÊNCIAS HUMANAS

na Área de Concentração: *Estudos de Gênero e Sexualidades*, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Florianópolis, 6 de março de 2023.

[REDACTED]
Prof.^a. Dr.^a. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora

[REDACTED]
Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

[REDACTED]
Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza
Reitor

Titulada
201707471

Universidade Federal de Santa Catarina, recredenciada:
Portaria nº 134 de 27/02/2013, D.O.U de 28/02/2013
Curso reconhecido pela Portaria/Federal nº. 609
de 14/03/2019, publicada no Diário Oficial da União
de 18/03/2019.

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

DIPLOMA registrado sob nº. 506 livro SCFH00005
folha 169 em 06/03/2023.
Processo nº. 23080.010259/2023-16,
nos termos do artigo 48 da Lei nº. 9394, de 20 de
dezembro de 1996.

Florianópolis, 06/03/2023

[REDACTED]
[REDACTED] Baimha Pacheco Gesser
Divisão de Expedição e Registro de Diplomas
Matrícula: 200330

[REDACTED]
Henrique Costa Braga
Chefe da Divisão de Expedição e Registro de Diplomas
Portaria nº 254/2018/GR

Visto: _____
Cesar Trindade Neves
Diretor do Departamento de Administração Escolar
Portaria nº 998/2016/GR

Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação



Universidade Municipal de São Caetano do Sul

O Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Doutorado em Administração,
área de concentração: Gestão e Regionalidade em 14 de dezembro de 2020, confere o título de

Doutor em Administração a

Edmilson Eduardo da Silva

nacionalidade brasileira, natural do Estado de Minas Gerais, nascido a 06 de janeiro de 1978,

AFI 05 - [REDACTED]

e outorga-lhe o presente Diploma,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Caetano do Sul, 03 de março de 2021.

[REDACTED]
Secretaria Executiva

[REDACTED]
Diplomado(a)

[REDACTED]
Reitor

[REDACTED]
Programa de Pós-Graduação em
Administração - Doutorado

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Programa de Pós-Graduação em Administração - Doutorado

Bel^a. Valdelice da Cruz Evangelista Chiari

Representante da Secretaria Técnica

Curso de Doutorado em Administração

Reconhecido de acordo com o disposto na

Portaria MEC nº1.045 de 18/08/2010 D.O.U. de 19/08/2010

e na Portaria MEC nº556/2017 de 22/05/2017 D.O.U. de 27/07/2017

e na Portaria MEC nº609/2019 de 14/03/2019 D.O.U. de 18/03/2019

São Caetano do Sul, 03 de março de 2021.

[Redacted Signature]

Reitor

[Redacted Name]

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO
CAETANO DO SUL**

Diploma registrado sob nº 18916.

Processo nº D017470,
nos termos do Artigo 48 da Lei 9394/96.

São Caetano do Sul, 08 de setembro de 2021.

[Redacted Name]

Cristiane Gonçalves Pavani
Auxiliar Administrativo VII

De acordo,

Bel^a Valdelice da Cruz Evangelista Chiari

Representante da Secretaria Técnica



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



O Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-graduação em Educação, em 28 de abril de 2017, confere o título de Doutora a

Felismina Dalva Teixeira Silva

*filha de Miguel Nunes Teixeira e de Maria Salomé Ferráz da Silva,
 nascida a 28 de fevereiro de 1962, natural de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais,
 e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

Uberlândia - MG, 20 de setembro de 2017.

PROF. DR. **ELOISA AMALIA VIBIRA FERRO**
 PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EXERCÍCIO

PROF. DR. **VALDER STEFFEN JÚNIOR**
 REITOR



Felismina Dalva Teixeira Silva
 DIPLOMADA



THOMAS GREG & SONS

Doutorado em Educação

Reconhecimento: Portaria nº 2878/MEC de 24/08/05 - D.O.U. de 26/08/05, nº 524/MEC, de 29/04/08 - D.O.U. de 30/04/08, nº 1.077/MEC de 31/08/2012 - D.O.U. de 03/09/2012, republicada no D.O.U. de 13/09/2012 e nº 656/MEC de 22/05/2017, D.O.U. de 23/05/2017, republicada no D.O.U. de 26/07/2017 e 27/07/2017

Área de Concentração: Educação

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Diploma registrado sob nº. 00.792 Livro PG.7

Fls. 67 em 09 / 11 / 17 Processo nº 03.991 / 17

Uberlândia-MG, 09 de novembro de 2017

DIREG

REITOR

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1º Ofício de Notas de Teófilo Otoni/MG

Autentico este documento rubricada(s), numerada(s) original que me por mim produção fiel do

Teófilo Otoni/MG, 30/10/2020

SELO CONSULTA: EAK63027

CÓDIGO SEGURANÇA: 2690469166271860

Quantidade de atos praticados: 1


Ato(s) praticado(s) por: LARA REIS DE OLIVEIRA - Escrevente

Emol.: R\$ 5,48 - TFJ: R\$ 1,70 - Valor final: R\$ 7,34 - ISS: R\$ 0,16

Consulta a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

TABELIONATO Otoni

Nº DA ETIQUETA AAQ 075486



Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Valder Steffen Júnior
Reitor

11313EDU011





Universidade de Brasília

A Reitora da Universidade de Brasília confere o título de

Doutora

a

Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

de nacionalidade brasileira, nascida no Estado de Minas Gerais,

no dia 15 de outubro de 1982, CPF [REDACTED]

tendo em vista a conclusão do Programa de Pós-Graduação em Administração

no dia 30 de julho de 2021, e lhe outorga o presente diploma,

a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasília, 6 de setembro de 2021.



Reitora



Secretário de Administração
Acadêmica

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Diploma registrado por delegação de competência do MEC, nos termos do § 1º do Artigo 48 da Lei 9.394/96.

Registro nº:91
Livro nº: 20 Folha nº: 23




Henrique Soares de Melo
Secretário de Administração Acadêmica

APOSTILA

Diploma registrado em conformidade com a avaliação do CNE/CES, quadriênal 2017 e Portaria nº 609 de 14/03/2019, publicada no DOU nº 52 de 18/03/2019, Seção 1.

Márcia Abrahão Moura
Reitora

APOSTILA DE SEGURANÇA

Grazielle Isabele Cristina Silva
Sucupira
CPF 
Administração

Código de Validação: CA8BFE866517870BBB27C40B6BB475E0

Validação em: <https://servicos.unb.br/publico/#/validardiploma>

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Local: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus do Mucuri

Finalidade: Formação de especialistas em Gestão Escolar, conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018 e Resolução nº 18- CONSEPE de 26/04/2018

Objetivo: Capacitar o especialista para:

1. Capacitar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais;
2. Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
3. Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

Recursos Humanos: O Curso será ministrado por Docentes, na forma da CNE/CES nº 1, de 06/04/2018 e Resolução nº 18- CONSEPE de 26/04/2018

Recurso Materiais: Salas de aula, sala de tutoria, ambiente virtual de aprendizagem (moodle), veículo, polos de apoio presencial, biblioteca, laboratórios de Informática etc.

Período de Realização:

Início: 14/10/2023

Término: 13/03/2026

Carga Horária: 390h

Número de Vagas: Mínimo: 90 (noventa) e Máximo 390 (trezentos e noventa) de distribuídas em polos de apoio presencial da UAB.

Clientela: O curso destina-se aos portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em escolas que tenham aspirações ao exercício de função de gestão.

Inscrição:

Período: de 01/05/2023 a 30/05/2023

As inscrições serão efetuadas mediante publicação de edital pela Diretoria de Educação Aberta e a Distância e Coordenação de Curso, na Diretoria de Educação Aberta e a Distância, pelo e-mail indicado no Edital. Os candidatos aos cursos deverão, no prazo estabelecido pelo Edital, apresentar para fins de inscrição os seguintes documentos:

- a) formulário de inscrição, devidamente preenchido, em uma via (disponível no endereço <http://ufvjm.edu.br/prppg/pos-graduacao>) e demais exigências do programa.
- b) fotocópia do diploma ou certidão de conclusão do curso de graduação, atestando a conclusão do curso de graduação; ou declaração de estar cursando o último período do curso de graduação;
- c) fotocópia do histórico escolar do curso de graduação;

- d)** “*curriculum lattes*” devidamente comprovado, em uma via (Modelo Lattes, disponível no site www.cnpq.br);
- e)** fotocópia da Carteira de Identidade e CPF. No caso de estrangeiro, fotocópia do passaporte;

Matrícula:

Para se matricular em curso de especialização, o candidato aprovado apresentará no endereço indicado no edital:

- Formulário de matrícula, devidamente preenchido;
- Cópia do diploma de graduação ou certidão de conclusão do curso;
- Cópia do histórico escolar;
- Cópia do CPF, identidade, certidão de nascimento e,ou casamento, para brasileiros. No caso de estrangeiros, apresentar documentos exigidos pela legislação específica; cópia do documento de serviço militar, no caso de estrangeiro os emitidos pela legislação específica;
- Cópia do título de eleitor com comprovante da última eleição ou certidão atualizada do cartório eleitoral, para brasileiros.

A matrícula deverá ser requerida dentro do prazo estabelecido no edital. O aluno que não efetivar a matrícula no prazo estabelecido perderá o direito à vaga, que poderá ser preenchida por candidato aprovado, obedecendo-se a ordem de classificação dos excedentes.

Polos

POLO	NÚMERO DE VAGAS
ÁGUAS FORMOSAS	30
ARAÇUAÍ	30
BOCAIÚVA	30
BURITIS	30
JANUÁRIA	30
JEQUITINHONHA	30
JOAÍMA	30
JOÃO PINHEIRO	30
MINAS NOVAS	30
MONTE AZUL	30

Data de Envio:

11/04/2024 15:24:34

De:

UFVJM/E-mail da Unidade <secdead@ead.ufvjm.edu.br>

Para:

adriana.sa@ufvjm.edu.br

Assunto:

Autorização Edimilson

Mensagem:

Prezada Profa Adriana,

Boa tarde!

Gentileza anexar um documento (Autorização Edimilson) compatível com formato para abertura.

Desde já agradecemos.

Att.

Profa Ana Catarina.



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Diretoria de Educação Aberta

OFÍCIO Nº 61/2024/DEAD

Diamantina, 11 de abril de 2024.

A
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Pró-reitora
Profa Dra Ana Cristina Rodrigues Lacerda
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Assunto: Encaminha projeto pedagógico para nova oferta de especialização para apreciação e anuência.

Prezada Pró-reitora e presidente do CPPG,

Com cordiais cumprimentos encaminhamos, para apreciação da CPPG, nova proposta de oferta para Curso de Especialização em Gestão Escolar, com anuência "*ad referendum*" do Conselho da DEAD, com data limítrofe de submissão na plataforma da DED/CAPES na data de amanhã, 12/04/2023.

Nos desculpamos pelo atrasado da hora, porém em virtude da importância e necessidade deste Curso, vimos solicitar à vossa senhoria, se merecedores deste crédito, de vossa aprovação "*ad referendum*" até amanhã, para que possamos submetê-lo, em tempo.

A coordenação e vice coordenação, juntamente com esta diretoria se comprometem a adequar quaisquer diligências da CPPG e PRPPG, que se fizerem necessárias após vossa autorização, caso haja concordância nesta.

Nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida que porventura possa surgir.

Antecipamos agradecimentos pela presteza e atenção de sempre e despedimo-nos com elevados votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Profa Dra Ana Catarina Perez Dias
Diretora
Diretoria de Educação Aberta e à Distância
DEAD/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina Perez Dias, Diretor (a)**, em 11/04/2024, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1391570** e o código CRC **80D33513**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.004917/2024-61

SEI nº 1391570

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

OFÍCIO Nº 17/2024/PRPPG

Diamantina, 11 de abril de 2024.

Prezada Profa Ana Catarina Perez Dias
Diretora de Educação Aberta e à Distância
DEAD/UFVJM

Após análise da solicitação de oferta para o Curso de Especialização em Gestão Escolar, encaminhada para apreciação desta Comissão, emitimos o seguinte parecer:

Considerando a importância e necessidade do curso proposto, assim como a urgência em sua submissão na plataforma da DED/CAPES, compreendemos a relevância da aprovação "ad referendum" do Conselho da DEAD até a data limite estabelecida, conforme solicitado.

Portanto, recomendamos que seja concedida a autorização "ad referendum" para a submissão da proposta, mediante o compromisso expresso da coordenação, vice-coordenação e diretoria de adequar quaisquer diligências que se fizerem necessárias por parte da CPPG e PRPPG após a autorização.

Ressaltamos a importância de garantir a qualidade e pertinência do curso, bem como a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CAPES.

Estamos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida adicional que possa surgir.

Agradecemos antecipadamente pela atenção dispensada ao assunto.

Atenciosamente,

Ana Cristina Rodrigues Lacerda
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação
PRPPG/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Rodrigues Lacerda, Pro-Reitor(a)**, em 11/04/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1391735** e o código CRC **F367C430**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.004917/2024-61

SEI nº 1391735

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Curso de Especialização em Gestão Escolar

Coordenadora do Curso

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

Vice Coordenadora

Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

Diamantina, abril de 2024

PROJETO RESUMIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Local: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus do Mucuri

Finalidade: Formação de especialistas em Gestão Escolar, conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018 e Resolução nº 18- CONSEPE de 26/04/2018

Objetivo: Capacitar o especialista para:

1. Capacitar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais;
2. Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
3. Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

Recursos Humanos: O Curso será ministrado por Docentes, na forma da CNE/CES nº 1, de 06/04/2018 e Resolução nº 18- CONSEPE de 26/04/2018

Recurso Materiais: Salas de aula, sala de tutoria, ambiente virtual de aprendizagem (moodle), veículo, polos de apoio presencial, biblioteca, laboratórios de Informática etc.

Período de Realização:

Início: 14/10/2023

Término: 13/03/2026

Carga Horária: 390h

Número de Vagas: Mínimo: 90 (noventa) e Máximo 390 (trezentos e noventa) de distribuídas em polos de apoio presencial da UAB.

Clientela: O curso destina-se aos portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em escolas que tenham aspirações ao exercício de função de gestão.

Inscrição:

Período: de 01/05/2023 a 30/05/2023

As inscrições serão efetuadas mediante publicação de edital pela Diretoria de Educação Aberta e a Distância e Coordenação de Curso, na Diretoria de Educação Aberta e a Distância, pelo e-mail indicado no Edital. Os candidatos aos cursos deverão, no prazo estabelecido pelo Edital, apresentar para fins de inscrição os seguintes documentos:

- a) formulário de inscrição, devidamente preenchido, em uma via (disponível no endereço <http://ufvjm.edu.br/prppg/pos-graduacao>) e demais exigências do programa.
- b) fotocópia do diploma ou certidão de conclusão do curso de graduação, atestando a conclusão do curso de graduação; ou declaração de estar cursando o último período do curso de graduação;
- c) fotocópia do histórico escolar do curso de graduação;

- d)** “*curriculum lattes*” devidamente comprovado, em uma via (Modelo Lattes, disponível no site www.cnpq.br);
- e)** fotocópia da Carteira de Identidade e CPF. No caso de estrangeiro, fotocópia do passaporte;

Matrícula:

Para se matricular em curso de especialização, o candidato aprovado apresentará no endereço indicado no edital:

- Formulário de matrícula, devidamente preenchido;
- Cópia do diploma de graduação ou certidão de conclusão do curso;
- Cópia do histórico escolar;
- Cópia do CPF, identidade, certidão de nascimento e,ou casamento, para brasileiros. No caso de estrangeiros, apresentar documentos exigidos pela legislação específica;
- cópia do documento de serviço militar, no caso de estrangeiro os emitidos pela legislação específica;
- Cópia do título de eleitor com comprovante da última eleição ou certidão atualizada do cartório eleitoral, para brasileiros.

A matrícula deverá ser requerida dentro do prazo estabelecido no edital. O aluno que não efetivar a matrícula no prazo estabelecido perderá o direito à vaga, que poderá ser preenchida por candidato aprovado, obedecendo-se a ordem de classificação dos excedentes.

Polos

POLO	NÚMERO DE VAGAS
ÁGUAS FORMOSAS	30
ARAÇUAÍ	30
BOCAIÚVA	30
BURITIS	30
JANUÁRIA	30
JEQUITINHONHA	30
JOAÍMA	30
JOÃO PINHEIRO	30
MINAS NOVAS	30
MONTE AZUL	30

PROJETO PEDAGÓGICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

PROJETO BÁSICO DO CURSO:

Curso de Especialização em Gestão Escolar

Diamantina, abril de 2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM
GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASÍLIA
2020
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM
GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Elaborado pela equipe de apoio à Diretoria de Educação a Distância

Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof.^a Dra. Heloisa Candia Hollnagel (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (Unifesp)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (Unifesp)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (Uneb)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (Enap)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (Uneb)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Ufam)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (Fiocruz)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização em Gestão Escolar

b) Proponente:

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Diretoria de Educação Aberta e a Distância

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Processo seletivo

f) Duração do curso:

O Curso foi concebido para ser integralizado em 18 (dezoito) meses.

Para o desenvolvimento dos conteúdos, serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- a) Arquivos online de apostilas para apoio ao estudo, por disciplina;
- b) Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- c) Encontros presenciais quando disponibilizado recursos pela Capes; e
- d) Sistema de acompanhamento (tutoria).

g) Previsão para Início das atividades:

O Curso de Especialização em Gestão Escolar ofertará 300 (trezentas) vagas para a primeira turma com início previsto para outubro de 2024, com o objetivo de capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercer a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil;

- Resolução CONSEPE nº 22, de 16 de março de 2017, que estabelecem normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM;
- Resolução CONSEPE nº 18, de 26 de abril de 2018, que regulamenta o funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, cursos de especialização presenciais ou a distância e residência em área profissional da saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um

modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas

públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação

dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

A relação entre educação e desenvolvimento regional é de extrema importância e as universidades desempenham um papel fundamental na promoção desse desenvolvimento, especialmente nas regiões em que estão inseridas. Os cursos de graduação e pós-graduação são a principal porta de entrada para a inserção regional da UFVJM, e a partir deles, são desenvolvidas inúmeras outras estratégias que envolvem a comunidade interna e externa. São grupos de estudos nas diferentes áreas do conhecimento contempladas pelos cursos ofertados pela instituição; projetos de pesquisa e extensão voltados para as comunidades e suas demandas; estágios nas instituições que demandam as áreas de formação ofertadas pelos cursos (escolas, hospitais, instituições de longa permanência, unidades básicas de saúde, setores produtivos, dentre outros), bem como parcerias com diferentes entidades públicas tanto nas cidades-sede quanto nas regiões de abrangência da instituição (PDI-UFVJM, 2024-2028).

A UFVJM está inserida em quatro Regiões Geográficas Imediatas do estado de Minas Gerais: Diamantina (13 municípios e um total de 126.144 habitantes), sede da universidade; Janaúba (11 municípios e um total de 208.743 habitantes), Teófilo Otoni (27 municípios e um total de 453.423 habitantes) e Unaí (11 municípios e um total de

186.741 habitantes). Isso representa a abrangência de 62 municípios e uma população total de 975.051, na qual a universidade se faz presente por meio dos seus cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Ao considerar essa população ativa com potencial para estudar na UFVJM, é possível traçar o cenário apresentado na figura abaixo com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Figura 1 - População e número de cursos por região imediata de abrangência da UFVJM

Área de abrangência da UFVJM		População IBGE (2022)	Pop. entre 18 e 59 anos	Nº de cursos/ Região Imediata	Pop. entre 18 e 59 anos/ Curso	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)				IDEB (2021)
Região Imediata	Nº de Municípios					IDHM	Renda	Longevidade	Educação	
Diamantina	13	126.144	76.191	26	2.930	0,624	0,599	0,805	0,513	5,6
Janaúba	11	208.743	126.081	4	31.520	0,628	0,584	0,792	0,537	5,3
Teófilo Otoni	27	453.423	273.867	10	27.387	0,606	0,591	0,791	0,478	5,2
Unai	11	186.741	112.792	5	22.558	0,663	0,629	0,811	0,571	5,4
TOTAL	62	975.051	588.931	45	13.087	0,630	0,601	0,800	0,525	5,4

Fonte: IBGE, Atlas Brasil e INEP citado por (PDI-UFVJM, 2024-2028).

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Polos em que serão ofertadas vagas

POLO	NÚMERO DE VAGAS
ÁGUAS FORMOSAS	30
ARAÇUAÍ	30
BOCAIÚVA	30
BURITIS	30
JANUÁRIA	30
JEQUITINHONHA	30

JOAÍMA	30
JOÃO PINHEIRO	30
MINAS NOVAS	30
MONTE AZUL	30

8 Aspectos institucionais

A Faculdade de Odontologia (FAOD) foi criada em setembro de 1953, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com desenho de Niemeyer, a FAOD foi a semente do que hoje é a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O curso de Odontologia iniciou suas atividades em maio de 1954 com 15 alunos matriculados e funcionando, provisoriamente, na sede de um grupo escolar (atual Júlia Kubitschek). O edifício-sede da faculdade foi fundado no ano seguinte, construído na Rua da Glória, e refletia a modernidade da implantação do ensino superior na cidade, além de apresentar o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. No dia 17 de dezembro de 1960, foi federalizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek e transformou-se em Faculdade Federal de Odontologia (FAFEOD) (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Por muitos anos o curso de Odontologia foi o único oferecido pela FAFEOD, uma vez que a federalização não acarretou muitas melhorias ou o encaminhamento de recursos para a instituição. Em 1997 foi criado o curso de Enfermagem e, em 2002, com a autorização dos cursos de graduação de Fisioterapia, Farmácia e Nutrição, na área da Saúde, e Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal, nas Ciências Agrárias, a FAFEOD tornou-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID). Em 8 de setembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PDI-UFVJM, 2024-2028).

A implantação da universidade nos referidos Vales, também por meio da implementação do Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica. Em 2011 foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFVJM a criação dos campi de Unaí/MG e

Janaúba/MG. Por meio da Resolução Consu nº 18, de 9 de novembro de 2012, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Unaí; e, por meio da Resolução Consu nº 10, de 6 de setembro de 2013, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Janaúba. Com a criação desses campi e respectivos cursos, consolidou-se o compromisso da UFVJM de atuar nos territórios da metade setentrional do estado, através de sua inserção nas quatro mesorregiões do estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Norte de Minas (PDI-UFVJM, 2024-2028).

O desafio é promover uma gestão multicampi orgânica eficiente, valorizando a autonomia no contexto de um sistema universitário integrado, tendo a aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais inovadores e comprometidos como capilaridade para alcance de todos na sociedade. Atualmente, os cinco campi da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri atendem à população da vasta região Norte de Minas Gerais. Desde a sua criação, a instituição vem desenvolvendo importante trabalho, definindo um novo rumo para a juventude de uma região empobrecida, onde uma das maiores carências ainda é a falta de uma estrutura de ensino superior gratuita abrangente. Assim, os investimentos institucionais em pesquisa, ensino, extensão e cultura, nos níveis de graduação e pós-graduação, são fundamentais para a região (PDI-UFVJM, 2024-2028).

8.1 Missão

Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental (PDI-UFVJM, 2024-2028).

8.2 Princípios e valores

A UFVJM tem como visão se consolidar-se como uma universidade socialmente relevante no âmbito regional, nacional e internacional. Para isso, a UFVJM tem como valores fundamentais: (i) Ética; (ii) Transparência; (iii) Sustentabilidade; (iv) Democracia; (v) Eficiência; (vi) Formação de qualidade; (vii) Inclusão; (viii) Excelência; (ix) Diversidade; e, (x) Inovação (PDI-UFVJM, 2024-2028).

8.3 Outros aspectos

A política pedagógica adotada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é pautada por princípios que orientam e norteiam as práticas acadêmicas em diferentes níveis de formação dos indivíduos. Esses princípios fundamentais visam ao desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo. Um dos princípios que guia a política pedagógica da UFVJM é o compromisso com a qualidade da educação superior. A instituição busca constantemente aprimorar seus cursos de graduação, pós-graduação e demais programas educacionais, oferecendo uma formação sólida e atualizada. Por meio do diálogo constante com a comunidade acadêmica e a análise de indicadores internos e externos, a UFVJM identifica as demandas e necessidades dos estudantes, adaptando suas práticas, de acordo com as especificidades de cada curso, para atender a essas expectativas (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Além disso, a UFVJM tem como princípio a valorização da formação integral dos indivíduos. A universidade reconhece a importância de promover uma educação que vá além dos aspectos técnicos e científicos, incluindo também a formação ética, cidadã e humanística. Busca-se, assim, desenvolver nos estudantes habilidades e competências essenciais para o exercício profissional e para a atuação social responsável. Outro princípio norteador é a interação entre a universidade e a sociedade. A UFVJM entende que sua missão vai além dos muros da instituição, sendo necessário estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade em que está inserida. Isso se reflete na promoção de atividades de extensão, que visam uma relação de troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a sociedade, buscando o desenvolvimento mútuo (PDI-UFVJM, 2024-2028).

A política pedagógica da UFVJM também prioriza a interdisciplinaridade e a inovação nas práticas acadêmicas. Reconhecendo a complexidade dos problemas contemporâneos, a universidade busca estimular a integração entre diferentes áreas do conhecimento, incentivando a interação entre professores e estudantes de diferentes cursos e programas. Dessa forma, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento

de soluções inovadoras e para a formação de profissionais com uma visão ampla e multidisciplinar. Por fim, a política pedagógica da UFVJM destaca o compromisso com a inclusão e a diversidade. A universidade busca promover uma educação que respeite e valorize as diferenças garantindo o acesso equitativo aos recursos educacionais e proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes (PDI-UFVJM, 2024-2028).

Com base nesses princípios, a UFVJM reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos, preparando-os para enfrentar os desafios e contribuir de forma significativa para a sociedade. A política pedagógica adotada pela universidade busca garantir uma educação de qualidade, integral, interdisciplinar, inovadora, inclusiva e comprometida com a transformação social.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

A concepção do curso de Especialização em Gestão Escolar está fundamentada no que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) das Licenciaturas (2019) quanto à formação de gestores para a Educação Básica. Conforme o artigo 64 da LDB a formação de gestores educacionais pode se dar em cursos de Pedagogia ou em nível de pós-graduação. Em 2019, as novas DCN's das Licenciaturas reforçaram essas possibilidades, contudo, retirando da carga horária mínima da graduação em Pedagogia, a formação do gestor escolar, que a partir de 20 de março de 2024 “[...] será correspondente a 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia.” Essa nova configuração da formação do administrador escolar reforça a necessidade da oferta de cursos de Especialização em Gestão Escolar, que possam efetivar a formação de gestores para a Educação Básica com ampla competência pedagógica e base democrática, em conformidade com a legislação nacional.

Com ênfase na gestão pública, o curso de Especialização em Gestão Escolar concebe a formação de profissionais da administração escolar com perfil para desenvolver uma gestão dialógica e participativa, que prima pela organização

democrática da comunidade escolar. Para a consolidação desse perfil profissional é fundamental efetivar os saberes da práxis, no conhecimento dos problemas e potencialidades do contexto locorregional. Foi pensada para esse curso a oferta de uma formação científica, ética, política e humanística, que poderá contribuir para o desenvolvimento da região, pela atuação de gestores, em especial gestores públicos, que tenham em vista o desenvolvimento social e econômico de sua região de atuação.

Nessa concepção, o curso de Especialização em Gestão Escolar formará o profissional articulador, crítico-reflexivo, capaz de identificar problemas e desenvolver soluções, sempre pautado na ética e na democracia.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Escolar é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
11	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
12	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA

Como produzir um trabalho de conclusão de curso seguindo as regras da ABNT, esclarecimento a diferença entre referencial teórico e plágio. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 7 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais
Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Disciplina 11 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. *In*: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais**: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários**: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 12 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio pedagógico, administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC's utilizadas no curso.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

- a. Produção dos Materiais
- b. Formação de Tutores
- c. Formação em Gestão de Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso.
- d. Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual

de Aprendizagem utilizado

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

As coordenações, geral e pedagógica, dos Cursos serão exercidas por professores do quadro permanente de IFES, com título de doutor .

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a

garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e

pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- Podcast

11.2 Encontros presenciais

Os encontros presenciais poderão ocorrer a depender da disponibilidade de recursos concedidos pela CAPES.

Os encontros presenciais, caso ocorram, serão planejados, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades

a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, projetos de extensão, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e

de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A avaliação não é apenas uma atividade, mas sim uma poderosa ferramenta política essencial para orientar decisões importantes. Ela vai além de simples análises e reflexões sobre a estrutura e organização do curso; também abrange aspectos políticos cruciais no processo de formação de profissionais em Gestão Escolar.

Destacam-se diversos aspectos de grande importância para embasar as decisões relacionadas ao curso: a avaliação da proposta curricular, da aprendizagem, do material didático, da orientação, do sistema de comunicação da EaD e do impacto do curso na formação dos profissionais em Gestão Escolar. Estas avaliações são fundamentais para garantir um ensino de qualidade e uma formação eficaz, proporcionando insights valiosos para aprimorar continuamente nosso programa.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

O objetivo da avaliação dos subsistemas de Educação a Distância (EaD) dentro do curso de Gestão Escolar é supervisionar e aprimorar todas as etapas do processo pedagógico, assegurando o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Para isso, será empregada uma avaliação contínua de 360 graus, envolvendo todos os participantes do processo de ensino-aprendizagem, incluindo estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e o coordenador do curso. Esta avaliação abrange os seguintes aspectos:

- (i) desempenho do estudante;
- (ii) desempenho dos professores-tutores;
- (iii) desempenho dos professores formadores;
- (iv) adequação do sistema de tutoria;
- (v) adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- (vi) qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- (vii) qualidade e adequação do atendimento administrativo;

- (vii) desempenho da coordenação do curso; e
- (ix) eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 Avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no curso de Especialização em Gestão Escolar fundamenta-se nas perspectivas de avaliação formativa e processual e envolve diversos aspectos dos processos de ensino e aprendizagem como a relação professor-aluno, metodologias, pressupostos da aprendizagem, objetivos e habilidades e competências do perfil do egresso. Entendendo que a principal função do processo avaliativo é o diagnóstico da aprendizagem dos estudantes, a avaliação no curso oferecerá os elementos necessários para a práxis docente. Nesse sentido, a avaliação subsidiará a busca por melhorias no processo pedagógico.

A avaliação nas disciplinas do curso ocorrerá por meio de diversas formas, procedimentos, estratégias e ferramentas avaliativas, podendo o docente realizar diferentes metodologias, como: provas, com questões discursivas e objetivas, produção de textos em gêneros diversos, práticas de pesquisa, de extensão, debates, entrevistas, seminários, visitas técnicas, portfólios, projetos interdisciplinares, entre outras. Os trabalhos e atividades poderão ser desenvolvidas individualmente, em dupla ou em grupos.

A frequência mínima de 75% será aferida mediante a realização das atividades síncronas e assíncronas. Com valor total de 100 pontos em cada disciplina, será considerado aprovado o estudante que obtiver aproveitamento igual ou superior a 60

(sessenta) pontos.

No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos.

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: telefone, webconferência, chat, *Stream Yard* e transmissão via conta do *Youtube*, dentre outras estratégias oportunizadas pelas tecnologias da Comunicação e da Informação que possibilitam integrar diferentes mídias, suportes e linguagens, possibilitando interação e comunicação.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, plataforma Moodle UFVJM, é modelado a partir das necessidades específicas de cada curso, possibilitando a inserção do material didático e pedagógico, além de outros recursos disponíveis utilizados conforme a finalidade pedagógica. Para tal, envolverá as seguintes atividades:

- a) Disponibilização dos conteúdos programáticos (objetos de aprendizagem) no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, no Moodle UFVJM;
- b) Cada disciplina terá um mínimo de uma webconferência, caso haja disponibilidade de recurso pela CAPES, poderão ocorrer encontros presenciais;
- c) As defesas de TCC serão todas na modalidade não presencial, e adotará a ferramenta Google Meet.

O aluno pode concluir integralmente seu curso no local onde está, dispensando a necessidade de participar de atividades presenciais, inclusive da aula inaugural. A aula abordará orientações e uma breve introdução à utilização

dos recursos do Moodle e da plataforma E-Campus UFVJM. Também serão apresentados o cronograma do curso e informações sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além dos procedimentos para obter o certificado de conclusão.

Uma das ações na qual os cursistas terão maior alcance de interatividade será a participação de fóruns de discussão, junto aos docentes e aos tutores.

A IPES, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REGULAMENTO DO CURSO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), manterá o Curso de Especialização Gestão Escolar, modalidade a distância.

§ 1º O Curso visa o aprimoramento técnico e científico do pós-graduando capacitando-o para o exercício da Especialidade em Gestão Escolar, conforme normas baixadas pela Resolução nº 13 - CONSEPE de 09/02/2012, Resolução CNE/CES nº 1, de 08/06/2007 e Regulamento Geral de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*/UFVJM.

§ 2º O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar confere o título de Especialista em Gestão Escolar.

Art. 2º - Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar tem por objetivos:

- I - Contribuir para a formação de profissionais da educação no campo da gestão educacional;
- II - Refletir sobre o sistema escolar brasileiro a partir das políticas educacionais vigentes;
- III - Contribuir para o desenvolvimento de habilidades de gestão escolar na perspectiva da gestão democrática;
- IV - Contribuir para a ampliação das capacidades de analisar e solucionar problemas, elaborar e executar projetos nas dimensões pedagógica e administrativa.

Art. 3º - O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar será realizado sob a responsabilidade da UFVJM, coordenado por um professor da área e ministrado por uma equipe de docentes de alto nível, ligada ao ensino da especialidade.

Art. 4º - Em conformidade com o Regimento Interno dos Programas/Cursos de Pós-Graduação da UFVJM, o Curso terá um Colegiado e uma Coordenação.

Art. 5º - O programa será dirigido por um Coordenador que será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo seu substituto legal.

Art. 6º - O Curso terá duração de 18 (dezoito) meses, perfazendo um total de 390 (trezentos e noventa) horas. A distribuição mensal das aulas acha-se especificada nos Anexos: I (Distribuição da Carga Horária por Disciplina e Cronograma do curso) e anexo II (Distribuição da Carga Horária por mês).

Art. 7º - A programação do Curso será distribuída nas seguintes áreas:

- A- Área de Concentração
- B- Área de Domínio Conexa
- C- Disciplinas Obrigatórias

Parágrafo único: Entende-se por área de concentração, a parte específica do Curso, por área de domínio conexa, o conjunto de disciplinas que visa complementar a formação do especialista e por disciplinas obrigatórias, aquelas ligadas a um campo específico do conhecimento.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO

Art. 8º - As inscrições serão efetuadas mediante publicação de edital pela Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD). Os candidatos ao curso deverão, no prazo estabelecido pelo Edital, encaminhar ao email informado no certame os seguintes documentos:

- a) comprovante de inscrição “Sistema de Gestão de Inscrições” disponível no sítio www.ufvjm.edu.br/prppg/processos
 - a.1) após o preenchimento do formulário, o candidato deverá clicar em "Enviar" para gerar o comprovante de inscrição, que deverá ser assinado e encaminhado juntamente aos demais documentos de inscrição;
- b) diploma (frente e verso) do curso de graduação;
 - b.1) candidato cujo diploma ainda não tenha sido expedido, poderá efetuar a inscrição, desde que apresente declaração oficial da instituição indicando as datas de conclusão e colação de grau do curso de graduação;
 - b.2) candidato cujo curso de graduação tenha término previsto para data posterior à inscrição, deverá apresentar declaração da IES de origem, indicando a data provável da conclusão do curso e colação de grau, a qual deverá ser anterior à data para a efetivação da matrícula, conforme cronograma deste Edital;
 - b.3) caso o curso de graduação tenha sido concluído no exterior, o diploma deverá ser revalidado por instituição brasileira, conforme legislação específica;
- c) histórico (frente e verso) do curso de graduação;
- d) carteira de identidade (RG) (frente e verso);
 - d.1) não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou de documento expedido por órgão de classe profissional, como documento de identificação;
 - d.2) no caso de estrangeiro, deverá ser apresentada fotocópia do passaporte;
- e) CPF (esse documento é dispensável no caso de o RG apresentar tal número);
- f) certificado de reservista ou certificado de dispensa do serviço militar, para os candidatos brasileiros do sexo masculino (frente e verso);
- g) certidão de quitação eleitoral disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- h) 01 (uma) via do Currículo Lattes. O Currículo Lattes deverá ser preenchido a partir da Plataforma Lattes do CNPq, disponível no sítio <http://lattes.cnpq.br>.

CAPÍTULO III - DA SELEÇÃO E DO LIMITE DE VAGAS

Art. 9º - A seleção dos candidatos será feita por comissão constituída pela Coordenação do Curso e terá como base Análise do Currículo Lattes devidamente comprovado.

Parágrafo único - O resultado da seleção será disponibilizado no site da DEAD/UFVJM.

Art. 10 - O número de vagas oferecidas pelo curso será de 300 (trezentas) assim distribuídas:

POLO	VAGAS
Agua Formosas	30
Araçuaí	30
Bocaiúva	30
Buritis	30
Januária	30
Jequitinhonha	30
Joáima	30

João Pinheiro	30
Minas Novas	30
Monte Azul	30
TOTAL	300

CAPÍTULO IV - DA MATRÍCULA

Art. 11 - Após o resultado da seleção, os candidatos serão convocados a efetivarem a matrícula, respeitando-se o número de vagas e prazo estabelecidos no Edital, apresentando toda a documentação exigida nas orientações do Edital:

- a) Requerimento de matrícula conforme modelo disposto no Anexo III;
- b) Fotocópia da Certidão de Nascimento ou de Certidão de Casamento, se for o caso;
- c) Fotocópia (frente e verso) da carteira de identidade (RG). No caso de estrangeiro, fotocópia do passaporte;
 - c.1) Não será aceita cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou de documento expedido por órgão de classe profissional, como documento de identificação, exceto se nesses documentos constarem informações necessárias à emissão do certificado de pós-graduação, ou seja, naturalidade, órgão expedidor e data de expedição do RG;
- d) fotocópia do CPF (esse documento é dispensável no caso de o RG apresentar tal número);
- e) fotocópia (frente e verso) do Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa do Serviço Militar, para brasileiros do sexo masculino;
- f) certidão de quitação eleitoral disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- g) fotocópia (frente e verso) do diploma do curso de graduação;
 - g.1) em caráter excepcional, poderá ser aceita, provisoriamente, certidão de conclusão constando a data da colação de grau do curso de graduação, o qual não poderá ultrapassar a data prevista para a matrícula.
 - g.2) caso o curso de graduação tenha sido concluído no exterior, o diploma deverá ser revalidado por instituição brasileira, conforme legislação específica;
- h) fotocópia (frente e verso) do histórico do curso de graduação
- i) 1 (uma) foto 3x4

Art. 12 - O aluno que não efetivar a matrícula no prazo estabelecido perderá o direito à vaga que poderá ser preenchida por candidato aprovado e imediatamente classificado.

CAPÍTULO V - DO CORPO DOCENTE

Art. 13 - O corpo docente do Curso previsto neste Regulamento será constituído da seguinte forma:

- A- Professor coordenador do Curso
- B- Professor coordenador de tutoria
- C- Professor coordenador de TCC
- D- Professores das áreas de concentração, domínio conexo e obrigatórias

§ 1º O professor coordenador deverá possuir, no mínimo, o título de Mestre.

§ 2º Poderão fazer parte do corpo docente, professores de outras Instituições de Ensino Superior, bem como técnicos, especialmente convidados, por indicação do Coordenador do Curso.

Art. 14 - Ao início do Curso será divulgado o elenco de professores encarregados pelas diversas disciplinas programadas. E ao início de cada semestre será divulgado o cronograma de início e fim de cada uma das disciplinas daquele semestre, sendo no terceiro semestre divulgado também o Manual de TCC do curso com o cronograma de defesas.

CAPÍTULO VI - DO CORPO DISCENTE

Art. 15 - O corpo discente do Curso Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar é formado por portadores de diploma de curso superior.

Parágrafo único - Em caso de exigência pela CAPES, em seus editais de distribuição de vagas para a Especialização em Gestão Escolar, poderão ser acrescentadas formação e/ou vínculos específicos a serem indicados no Edital de seleção discente.

Art. 16 - Na efetivação da matrícula o aluno assumirá o compromisso de obedecer a este Regulamento, o Manual de TCC do curso e as deliberações colegiadas do curso.

CAPÍTULO VII - DO REGIME DIDÁTICO, DA AVALIAÇÃO, DO APRENDIZADO E DA FREQUÊNCIA

Art. 17 - As disciplinas do Curso Pós-graduação *Lato Sensu* - Especialização em Gestão Escolar serão oferecidas por período de tempo variáveis obedecendo o quadro demonstrativo de distribuição da carga horária, constante do Anexo I.

Art. 18 - O desenvolvimento das atividades programadas será em horas/aula à distância, com a possibilidade de encontros presenciais.

Art. 19 - As atividades de cada disciplina poderão ser avaliadas através de provas presenciais, relatórios, seminários, trabalhos e atividades no ambiente virtual de aprendizagem. Obrigatoriamente será realizada defesa do TCC.

§ 1º Cada disciplina distribuirá um total de 100 (cem) pontos, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver o mínimo de 60% de aproveitamento.

§ 2º O aluno reprovado em até duas disciplinas poderá repeti-las em turmas subsequentes, desde que seja oferecida nova turma, sem prejuízo do número de vagas pré-fixado.

§ 3º Será automaticamente desvinculado do curso o aluno que:

- a) for reprovado em três ou mais disciplinas;
- b) for reprovado duas vezes na apresentação do TCC;
- c) não cumprir as exigências do curso.

Art. 20 - Para obter o certificado de Especialista, o aluno deverá atender às seguintes exigências:

- A- Aprovação em todas as disciplinas;

B- Apresentação de TCC, perante uma comissão examinadora constituída por 02 (dois) examinadores e o professor orientador e entregar o TCC do curso, devidamente aprovado e corrigido, de acordo com a Resolução nº 13 do CONSEPE de 09/02/2012.

C- Frequência mínima de 75% da programação desenvolvida durante o Curso.

CAPÍTULO VIII - DA ORIENTAÇÃO E DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 21 Todo aluno admitido no Curso terá um Professor Orientador indicado pelo Coordenador do Curso, que supervisionará seu trabalho de Monografia.

Art. 22 Quando necessário, será indicado um Co-orientador que auxiliará e/ou substituirá o Orientador em suas funções, desde que apresente qualificação adequada.

Art. 23 A elaboração e apresentação da monografia deverão obedecer às normas especificadas pela PRPPG/UFVJM.

§ 1º O trabalho de conclusão de curso que envolva pesquisa com seres humanos não deverá ser iniciado antes da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

§ 2º O projeto de monografia que envolver trabalho experimental, depois de aprovado pelo Orientador, deverá ser encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa/UFVJM para aprovação, não devendo ser iniciado antes de sua aprovação.

Art. 24 O aluno não poderá apresentar o trabalho de conclusão do curso antes de obter o total dos créditos requeridos para o respectivo certificado.

Art. 25 Os alunos terão o prazo de 30 (trinta) dias, após a conclusão dos créditos, para a apresentação da monografia perante uma Comissão Examinadora constituída por 03 (três) professores, sendo um deles o orientador.

§ 1º Serão exigidos 04 (quatro) exemplares da monografia do candidato para ser submetida a avaliação da Comissão Examinadora.

§ 2º A Comissão Examinadora disporá de um prazo mínimo de 10 (dez) dias para avaliação prévia do trabalho.

Art. 26 Para ser considerado habilitado o candidato deverá obter em média o conceito igual ou superior a B.

§ 1º Caso a monografia seja reprovada, o candidato terá o prazo máximo de 03 (três) meses para refazê-la e submetê-la novamente à Comissão Examinadora.

§ 2º Aprovada a monografia com alterações, o candidato disporá de 60 (sessenta) dias para fazer as correções e entregá-las ao Coordenador do Curso com a declaração do orientador de que as mesmas foram efetuadas.

§ 3º O candidato que não cumprir o prazo estabelecido no caput deste artigo não fará jus ao título de especialista.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Este Regulamento está sujeito às normas vigentes ou que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Art. 28 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador que, se necessário, ouvirá o Conselho de Curso.

Art. 29 Este Regulamento entrará em vigor após sua aprovação pelos Órgãos competentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CARGA HORÁRIA E NÚMERO DE SEMANAS

a) Dia e horário das aulas presencias:

sextas-feiras – de 19h00m às 23h00m e aos sábados das 08h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h00m.

b) Carga horária:

390 horas-aluno, distribuídas em 3 módulos.

ANEXO I

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR DISCIPLINA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		TOTAL HORAS/AULA
	TEÓRICA	PRÁTICA	
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO			
Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30		30
Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45		45
Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30		30
Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45		45
TOTAL			150

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		TOTAL HORAS/AULA
	TEÓRICA	PRÁTICA	
ÁREA DE DOMÍNIO CONEXO			
Introdução à EAD	30		30
Gestão de Pessoas na Escola	30		30
Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30		30
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30		30
Metodologia da Pesquisa	30		30
TOTAL			150

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		TOTAL HORAS/AULA
	TEÓRICA	PRÁTICA	
OBRIGATÓRIAS			
Política e Sociedade	30		30
Políticas Públicas	30		30
Gestão Pública	30		30
TOTAL			90
TOTAL GERAL			390 h

CORPO DOCENTE DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

	NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO	RESP. DISC.	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA / DISC.		
					TEÓR.	PRAT.	TOTAL
	Niusarte Virginia Pinheiro	Doutorado	x	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30		30
	Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira	Doutorado	x	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45		45
	Felismina Dalva Teixeira Silva	Doutorado	x	Gestão de Pessoas na Escola	30		30
	Niusarte Virginia Pinheiro	Doutorado	x	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30		30
	Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira	Doutorado	x	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45		45
	Edimilson Eduardo da Silva	Doutorado	x	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30		30
	Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá	Doutorado	x	Introdução à EAD	30		30
	José Carlos Freire	Doutorado	x	Política e Sociedade	30		30
	José Carlos Freire	Doutorado	x	Políticas Públicas	30		30
	Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá	Doutorado	x	Gestão Pública	30		30
	Felismina Dalva Teixeira Silva	Doutorado	x	Metodologia da Pesquisa	30		30
	Edimilson Eduardo da Silva	Doutorado	x	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30		30
CARGA HORÁRIA TOTAL: 390							

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI -
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CURSO (18 MESES)**

Mês/Ano	Semana / Dias	Disciplina	CH/A
Out e Nov/24	5ª 14/10 a 17/11/24	Introdução à EAD	30
Nov e Dez/24	5ª 18/11 a 22/12/25	Política e Sociedade	30
Jan e Fev/25	5ª 05/01 a 09/02/25	Políticas Públicas	30
Fev e Mar/25	5ª 10/02 a 16/03/25	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
Mar e Abr/25	5ª 17/03 a 20/04/25	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
Abr, Maio e Jun/25	09ª 21/04 a 22/06/25	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
Jun e Jul/25	5ª 23/06 a 27/07/25	Gestão Pública	30
Jul, Ago e Set/25	09ª 28/07/25 a 21/09/25	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
Set e Out/25	5ª 12/09 a 26/10/25	Gestão de Pessoas na Escola	30
Out e Nov/25	5ª 27/10 a 30/11/25	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
Dez/25 e Jan/26	7ª 01/12 a 31/01/26	Metodologia da Pesquisa	30
Fev e Mar/26	6ª 01/02 a 13/03/26	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30

ANEXO II

ANEXO II
DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR MÊS

MÊS	SEMANA	HORAS	MÊS	SEMANA	HORAS	MÊS	SEMANA	HORAS
<u>OUTUBRO/202</u> 4	3 ^a	20	JULHO	3 ^a	15			
NOVEMBRO	4 ^a	20	AGOSTO	4 ^a	30			
DEZEMBRO	3 ^a	15	SETEMBRO	4 ^a	30			
<u>JANEIRO/2025</u>	3 ^a	15	<u>OUTUBRO</u>	4 ^a	30			
FEVEREIRO	3 ^a	15	NOVEMBRO	4 ^a	30			
MARÇO	4 ^a	30	DEZEMBRO	4 ^a	15			
ABRIL	4 ^a	30	<u>JANEIRO/2026</u>	4 ^a	15			
MAIO	4 ^a	30	FEVEREIRO	4 ^a	15			
JUNHO	4 ^a	30	MARÇO	4 ^a	15			

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

CH total: h/a

30

Professor responsável: Niusarte Virginia Pinheiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais
Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidades sociais: experiências internacionais.

Referências Básicas:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.
PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em:
http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pis

a2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 **Assessment and Analytical Framework**. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Referências Complementares:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

CH total: h/a

45

Professor responsável: Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicados a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

FARENZENA, Nalú. **Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

Referências Complementares:

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

CH total: h/a

30

Professor responsável: Niusarte Virginia Pinheiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

Referências Complementares:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de

coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas _ PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em:
<https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselhofdas-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

CH total: h/a

45

Professor responsável: Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

Referências Básicas:

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

Referências Complementares:

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática**. São Paulo: Loyola, 1995.

Professor Responsável

DOMÍNIO CONEXO

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Introdução à EAD

CH total: h/a

30

Professor responsável: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

Referências Básicas:

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

Referências Complementares:

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Gestão de Pessoas na Escola

CH total: h/a

30

Professor responsável: Felismina Dalva Teixeira Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos _ PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: uma Gestão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

Referências Complementares:

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora

da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

CH total: h/a

30

Professor responsável: Edimilson Eduardo da Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

Referências Básicas:

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

Referências Complementares:

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

CH total: h/a

30

Professor responsável: Edimilson Eduardo da Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Orientação temática, metodológica e científica para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Planejamento, estruturação, organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Básicas:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Metodologia da Pesquisa

CH total: h/a

30

Professor responsável: Felismina Dalva Teixeira Silva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

Referências Básicas:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Referências Complementares:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Professor Responsável

OBRIGATÓRIAS

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Política e Sociedade

CH total: h/a

30

Professor responsável: José Carlos Freire

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

Referências Básicas:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Referências Complementares:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva.
Brasília: UnB, 2012.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Políticas Públicas

CH total: h/a

30

Professor responsável: José Carlos Freire

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

Referências Básicas:

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Referências Complementares:

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Professor Responsável

ANEXO IV

Curso de especialização em: Gestão Escolar – Modalidade a Distância

Entidade promotora: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Disciplina: Gestão Pública

CH total: h/a

30

Professor responsável: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ementa:

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

Referências Básicas:

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

Referências Complementares:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Professor Responsável

CURRÍCULOS E COMPROVANTES DE TITULAÇÃO

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

Nome em citações bibliográficas: SÁ, A.A.C.S.; SÁ, Adriana

Sexo: Feminino

Filiação: Senil Luiz Sá /Francisca Maria dos Santos Sá

Cart. Identidade: MG [REDACTED] SSP/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS Conta nº: [REDACTED] Banco: Banco do Brasil Agência: [REDACTED]

Endereço Residencial R. Camilo Prates Sobrinho, 126
Bairro – Grão Pará
Cep: 39800-165
Tel.: [REDACTED] E-mail: adriana.sa@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2017- Doutorado em Ciências Humanas
2022 Instituição: UFSC/SC

2012- Mestrado em
2014 Instituição: Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE/MG

2002- Graduação em Administração
2005 Instituição: FUNdação Educacional do Nordeste Mineiro - FENORD/MG

Atuação Profissional

1

	Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.
--	-------------------------------	--

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Edmilson Eduardo da Silva

Nome em citações bibliográficas: SILVA, E.E.

Sexo: Masculino

Filiação: José Eduardo da Silva / Albertina de Souza Silva

Cart. Identidade: MG- [REDACTED] SSP/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS Conta nº: [REDACTED] Banco: Caixa Econômica Federal Agência: [REDACTED]

Endereço Residencial Avenida Tietê, 113 - Casa B
Bairro – Jardim São Paulo
Cep: 39803-369
Tel.: [REDACTED] E-mail: edimilson.eduardo@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2018-2020 Doutorado em Administração
Instituição: Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS/SP

2011-2013 Mestrado em Administração Pública
Instituição: Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG

2004-2007 Especialização em Gestão de Empresas com Ênfase em Micro e Pequenas
Instituição: Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG

1999-2003 Graduação em Administração
Instituição: Universidade Federal de Lavras - UFLA/MG

Atuação Profissional

1

Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40,
-------------------------------	---

		Regime: Dedicção exclusiva.

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

Nome em citações bibliográficas: SUCUPIRA, G. I. C. S

Sexo: Feminino

Filiação: Maria Aparecida da Conceição e Silva / Eustáquio Antônio da Silva

Cart. Identidade: MG-██████████ PC/MG

CPF: ██████████

DADOS BANCÁRIOS Conta Corrente nº: ██████████ Banco: Banco do Brasil
Agência: ██████████

Endereço Residencial Rua Margarida Alves, 15
Bairro Vila Esperança - Teófilo Otoni/MG
Cep: 39803-267
Tel.: ██████████ E-mail: grazielle.silva@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2017-2021 Doutorado em Administração
Instituição: Universidade de Brasília - UnB

2008-2011 Mestrado em Economia Aplicada
Instituição: Universidade de Viçosa - UFV

2002-2006 Graduação em Gestão de Cooperativas
Instituição: Universidade de Viçosa - UFV

Atuação Profissional

1 █

	Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.
--	-------------------------------	--

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: José Carlos Freire

Nome em citações bibliográficas: FREIRE, J. C.

Sexo: Masculino

Filiação: Lázaro Lemos Freire / Maria Rosária Bueno Freire

Cart. Identidade: M [REDACTED] SSP/MG

CPF: [REDACTED]

DADOS BANCÁRIOS Conta nº: [REDACTED] Banco: Caixa Econômica Federal Agência [REDACTED]

Endereço Residencial Rua José Eurico Soares, 145-B
Bairro – Fátima
Cep: 39800-196
Tel.: [REDACTED]

E-mail: freire.jose@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2017-2021 Doutorado em Ciências Humanas
Instituição: UFSC/SC

2008-2010 Mestrado em
Instituição: Faculdade de São Bento/SP

2004-2007 Graduação em Filosofia
Instituição: USP/SP

Atuação Profissional

1

	Vínculo institucional:	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Servidor Público, Enquadramento Funcional: Efetivo, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Felismina Dalva Teixeira Silva

Nome em citações bibliográficas
SILVA, F.D. T

Sexo

F

Filiação
Miguel Nunes
Teixeira e maria
Salomé Ferraz da
Silva

Cart. Identidade **SSP/**

M2 [REDACTED] MG

CPF

DADOS BANCÁRIOS

Conta nº [REDACTED] Banco: [REDACTED] Agência: [REDACTED]
Brasil

Endereço Residencial
Rua
Bairro -
Rua Dr Breno
Fernandes da
Silva
Cep 39803500 - Funcionários
Tel- [REDACTED]
felismina.dalva@ufvjm.edu.br

E-mail:

Formação Acadêmica/Titulação

.....
a
Doutorado em Educação
Instituição:
Universidade Federal de Uberlândia

.....a.....
.
Mestrado em Educação
Instituição:
Educação - Universidade Metodista de Piracicaba

.....
a
Especialização em
Instituição:
Psicologia Educacional - Alfabetização e Linguagem

.....
a
Graduação em
Instituição:
Pedagogia - Fundação Educacional Nordeste Mineiro/Teófilo Otoni
História - Universidade Estácio de Sá

Atuação Profissional

- 1 Metodologia Científica
História da Educação

**Vínculo
institucional** Professora

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome:

Niusarte Virginia Pinheiro

Nome em citações bibliográficas

N. V. PINHEIRO

Sexo

Feminino

Filiação

Pai: Hildebrando Rodrigues Pinheiro

Mãe: Terezinha Virginia Pinheiro

Cart. Identidade:

SSP/MG

CPF

DADOS BANCÁRIOS

Conta nº:

Agência:

Banco: Banco do Brasil

Endereço Residencial

Rua: Dulce Veiga, 05, apt. 101

Bairro: Castro Pires

Cep: 39.802-319

Telefone:

E-mail: niusarte@ufvjm.edu.br

Formação Acadêmica/Titulação

2015 a **Doutorado:** *Educação*

2019 **Instituição:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

2009 a **Mestrado:** *Gestão Integrada do Território*

2012 **Instituição:** Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

2001 a **Especialização:** Formação de Orientadores Acadêmicos para a Modalidade Educação a Distância.

2003 **Instituição:** Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

1986 a **Graduação:** Pedagogia

1989 **Instituição:** Fundação Educacional Nordeste Mineiro - FENORD

Atuação Profissional

1. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Vínculo: institucional: efetivo

|



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições confere o Grau de *Doutora* a

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

de nacionalidade brasileira, natural do Estado de Minas Gerais, carteira de identidade com registro geral número [REDACTED] e nascida a 14 de novembro de 1971, pela conclusão do Curso de *Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas* e Defesa Pública de Tese de Doutorado, realizada em 15 de setembro de 2022, outorgando-lhe o título de

DOCTORA em CIÊNCIAS HUMANAS

na Área de Concentração: *Estudos de Gênero e Sexualidades*, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Florianópolis, 6 de março de 2023.

[REDACTED]
Prof^a. Dr^a. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora

[REDACTED]
Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá

[REDACTED]
Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza
Reitor


Titulada
201707471


Universidade Federal de Santa Catarina, recredenciada:
Portaria nº 134 de 27/02/2013, D.O.U de 28/02/2013
Curso reconhecido pela Portaria/Federal nº. 609
de 14/03/2019, publicada no Diário Oficial da União
de 18/03/2019.


Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

DIPLOMA registrado sob nº. 506 livro SCFH00005
folha 169 em 06/03/2023.
Processo nº. 23080.010259/2023-16,
nos termos do artigo 48 da Lei nº. 9394, de 20 de
dezembro de 1996.

Florianópolis, 06/03/2023

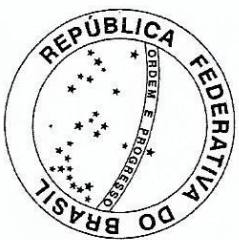

Gracy Baima Pacheco Gesser
Divisão de Expedição e Registro de Diplomas
Matrícula: 200330


Henrique Costa Braga
Chefe da Divisão de Expedição e Registro de Diplomas
Portaria nº 257/2018/GR

Visto: 
Cesar Irindade Neves
Diretor do Departamento de Administração Escolar
Portaria nº 998/2016/GR

Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

127364



Universidade Municipal de São Caetano do Sul

O Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Doutorado em Administração,
área de concentração: Gestão e Regionalidade em 14 de dezembro de 2020, confere o título de

Doutor em Administração a

Edmilson Eduardo da Silva

nacionalidade brasileira, natural do Estado de Minas Gerais, nascido a 06 de janeiro de 1978,

AF05 -

e outorga-lhe o presente Diploma,

a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Caetano do Sul, 03 de março de 2021.

Secretaria Geral

Diplomado(a)

Reitor

Programa de Pós-graduação em
Administração - Doutorado

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Programa de Pós-Graduação em Administração - Doutorado

Bel^o. Valdelice da Cruz Evangelista Chiari

Representante da Secretaria Técnica

Curso de Doutorado em Administração

Reconhecido de acordo com o disposto na

Portaria MEC nº1.045 de 18/08/2010 D.O.U. de 19/08/2010

e na Portaria MEC nº556/2017 de 22/05/2017 D.O.U. de 27/07/2017

e na Portaria MEC nº609/2019 de 14/03/2019 D.O.U. de 18/03/2019

São Caetano do Sul, 03 de março de 2021.

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO
CAETANO DO SUL**

Diploma registrado sob nº 18916.

Processo nº D017470,
nos termos do Artigo 48 da Lei 9394/96.

São Caetano do Sul, 08 de setembro de 2021.

Cristiane Gonçalves Pavani
Auxiliar Administrativo VII

De acordo,

Bel^o Valdelice da Cruz Evangelista Chiari
Representante da Secretaria Técnica

Reitor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



O Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-graduação em Educação, em 28 de abril de 2017, confere o título de Doutora a

Felismina Dalva Teixeira Silva

*filha de Miguel Nunes Teixeira e de Maria Salomé Ferráz da Silva,
 nascida a 28 de fevereiro de 1962, natural de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais,
 e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

Uberlândia - MG, 20 de setembro de 2017.

PROF. DR. **ELÓISA AMÁLIA VIEIRA FERRO**
 PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EXERCÍCIO

PROF. DR. **VALDER STEFFEN JUNIOR**
 REITOR



Felismina Dalva Teixeira Silva
 DIPLOMADA



THOMAS GREG & SONS

Doutorado em Educação

Reconhecimento: Portaria nº 2878/MEC de 24/08/05 - D.O.U. de 26/08/05, nº 524/MEC, de 29/04/08 - D.O.U. de 30/04/08, nº 1.077/MEC de 31/08/2012 - D.O.U. de 03/09/2012, republicada no D.O.U. de 13/09/2012 e nº 656/MEC de 22/05/2017, D.O.U. de 23/05/2017, republicada no D.O.U. de 26/07/2017 e 27/07/2017

Área de Concentração: Educação

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Diploma registrado sob nº. 00.792 Livro PG.7

Fls. 67 em 09 / 11 / 17 Processo nº 03.991 / 17

Uberlândia-MG, 09 de novembro de 2017

DIREG

REITOR

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1º Ofício de Notas de Teófilo Otoni/MG

Autentico este documento por mim rubricada(s), numerada(s) original que m...ção fiel do

Teófilo Otoni/MG, 30/10/2017

SELO CONSULTA EAK63027

CÓDIGO SEGURANÇA: 2690469166271860

Quantidade de atos praticados: 1


Ato(s) praticado(s) por: LARA REIS DE OLIVEIRA - Escrevente

Emol.: R\$ 5,48 - TFJ: R\$ 1,70 - Valor final: R\$ 7,34 - ISS: R\$ 0,16

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

TABELIONATO Otoni

Nº DA ETIQUETA AAQ 075486



Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Valder Steffen Júnior
Reitor

11313EDU011





Universidade de Brasília

A Reitora da Universidade de Brasília confere o título de

Doutora

a

Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira

de nacionalidade brasileira, nascida no Estado de Minas Gerais,

no dia 15 de outubro de 1982, CPF [REDACTED]

tendo em vista a conclusão do Programa de Pós-Graduação em Administração

no dia 30 de julho de 2021, e lhe outorga o presente diploma,

a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasília, 6 de setembro de 2021.

[REDACTED]
Reitora

[REDACTED]
Secretário de Administração
Acadêmica

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Diploma registrado por delegação de competência do MEC, nos termos do § 1º do Artigo 48 da Lei 9.394/96.

Registro nº:91
Livro nº: 20 Folha nº: 23



Henrique Soares de Melo
Secretário de Administração Acadêmica

APOSTILA

Diploma registrado em conformidade com a avaliação do CNE/CES, quadriênal 2017 e Portaria nº 609 de 14/03/2019, publicada no DOU nº 52 de 18/03/2019, Seção 1.

Márcia Abrahão Moura
Reitora

APOSTILA DE SEGURANÇA

Grazielle Isabele Cristina Silva
Sucupira
CPF (██████████)
Administração

Código de Validação: CA8BFE866517870BBB27C40B6BB475E0

Validação em: <https://servicos.unb.br/publico/#/validardiploma>

ANUÊNCIA E ATO AUTORIZATIVO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Direção da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - FACSAB
Departamento de Administração
Docentes do DEPAD

DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA

Nº 1/2024/DOCENTESDEPAD/DADM/DIRFACSAB/FACSAB

Nº PROCESSO 23086.018944/2023-31

Formulário de Anuência da Chefia Imediata

Eu AGNALDO KEITI HIGUCHI, Chefe/Diretor do(a) FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS - FACSAB, SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que o servidor EDIMILSON EDUARDO DA SILVA, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Aginaldo Keiti Higuchi
Diretor da FACSAB



Documento assinado eletronicamente por **Aginaldo Keiti Higuchi, Diretor (a)**, em 10/04/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1390316** e o código CRC **A5976A6B**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ANUÊNCIA DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, Ana Catarina Perez Dias, Diretora da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), SIAPE [REDACTED], declaro estar ciente de que a servidora Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá, SIAPE [REDACTED], atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Diamantina, 10 de abril de 2024.

Ana Catarina Perez Dias

Diretora de Educação Aberta e a Distância/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina Perez Dias, Diretor (a)**, em 11/04/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1390307** e o código CRC **103ADAB4**.

Referência: Processo nº 23086.004879/2024-47

SEI nº 1390307



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ANUÊNCIA DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, Ana Catarina Perez Dias, Diretora da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD), SIAPE [REDACTED], declaro estar ciente de que a servidora Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Diamantina, 10 de abril de 2024.

Ana Catarina Perez Dias

Diretora de Educação Aberta e a Distância/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina Perez Dias, Diretor (a)**, em 11/04/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1390279** e o código CRC **F1343BCD**.

Referência: Processo nº 23086.004879/2024-47

SEI nº 1390279



Anuência da Chefia Imediata

Eu, Diogo Prado Evangelista, Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS), SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que a(o) servidor(a) José Carlos Freire, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br DIOGO PRADO EVANGELISTA
Data: 10/04/2024 16:15:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diogo Prado Evangelista
Chefe do DCHS



Anuência da Chefia Imediata

Eu, Edinelço Dalcumune, Chefe do Departamento de Ciências Exatas (DCEX), SIAPE [REDACTED] declaro estar ciente de que a(o) servidor(a) Niusarte Virginia Pinheiro, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINELCO DALCUMUNE
Data: 10/04/2024 16:07:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edinelço Dalcumune
Chefe do Departamento de Ciências Exatas



Anuência da Chefia Imediata

Eu, Edinelço Dalcumune, Chefe do Departamento de Ciências Exatas (DCEX), SIAPE 1 [REDACTED], declaro estar ciente de que a servidora Felismina Dalva Teixeira Silva, SIAPE [REDACTED] atuará no Curso de Especialização em Gestão Escolar – Modalidade a Distância, vinculado à Diretoria de Educação a Distância, e exercerá suas horas semanais de atividades no curso de acordo com o seu regime de trabalho.

Teófilo Otoni, 10 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINELCO DALCUMUNE
Data: 10/04/2024 14:59:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edinelço Dalcumune
Chefe do Departamento de Ciências Exatas



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Diretoria de Educação Aberta

OFÍCIO Nº 61/2024/DEAD

Diamantina, 11 de abril de 2024.

A
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Pró-reitora
Profa Dra Ana Cristina Rodrigues Lacerda
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Assunto: Encaminha projeto pedagógico para nova oferta de especialização para apreciação e anuência.

Prezada Pró-reitora e presidente do CPPG,

Com cordiais cumprimentos encaminhamos, para apreciação da CPPG, nova proposta de oferta para Curso de Especialização em Gestão Escolar, com anuência "*ad referendum*" do Conselho da DEAD, com data limítrofe de submissão na plataforma da DED/CAPES na data de amanhã, 12/04/2023.

Nos desculpamos pelo atrasado da hora, porém em virtude da importância e necessidade deste Curso, vimos solicitar à vossa senhoria, se merecedores deste crédito, de vossa aprovação "*ad referendum*" até amanhã, para que possamos submetê-lo, em tempo.

A coordenação e vice coordenação, juntamente com esta diretoria se comprometem a adequar quaisquer diligências da CPPG e PRPPG, que se fizerem necessárias após vossa autorização, caso haja concordância nesta.

Nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida que porventura possa surgir.

Antecipamos agradecimentos pela presteza e atenção de sempre e despedimo-nos com elevados votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Profa Dra Ana Catarina Perez Dias
Diretora
Diretoria de Educação Aberta e à Distância
DEAD/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina Perez Dias, Diretor (a)**, em 11/04/2024, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1391570** e o código CRC **80D33513**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.004917/2024-61

SEI nº 1391570

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

OFÍCIO Nº 17/2024/PRPPG

Diamantina, 11 de abril de 2024.

Prezada Profa Ana Catarina Perez Dias
Diretora de Educação Aberta e à Distância
DEAD/UFVJM

Após análise da solicitação de oferta para o Curso de Especialização em Gestão Escolar, encaminhada para apreciação desta Comissão, emitimos o seguinte parecer:

Considerando a importância e necessidade do curso proposto, assim como a urgência em sua submissão na plataforma da DED/CAPES, compreendemos a relevância da aprovação "ad referendum" do Conselho da DEAD até a data limite estabelecida, conforme solicitado.

Portanto, recomendamos que seja concedida a autorização "ad referendum" para a submissão da proposta, mediante o compromisso expresso da coordenação, vice-coordenação e diretoria de adequar quaisquer diligências que se fizerem necessárias por parte da CPPG e PRPPG após a autorização.

Ressaltamos a importância de garantir a qualidade e pertinência do curso, bem como a conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CAPES.

Estamos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida adicional que possa surgir.

Agradecemos antecipadamente pela atenção dispensada ao assunto.

Atenciosamente,

Ana Cristina Rodrigues Lacerda
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação
PRPPG/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Rodrigues Lacerda, Pro-Reitor(a)**, em 11/04/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1391735** e o código CRC **F367C430**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.004917/2024-61

SEI nº 1391735

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 24/2024/CPPG/PRPPG

Processo nº 23086.004917/2024-61

Interessado: Adriana Aparecida Da Conceição Santos Sá, Harriman Aley Moraes, Diretoria de Educação Aberta

A Presidente do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o disposta no inciso XII, do art. 7º da Resolução 20 DE 09/12/2019/CONSU, faz saber que o CPPG em sua 86.ª reunião, em caráter ordinário, realizada em 08/05/2024, referendou por unanimidade a aprovação do Curso de Especialização em Gestão Escolar, ato contínuo encaminha ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE para análise e deliberação.

VIRGINIA G. BATISTA

Presidente do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação- CPPG



Documento assinado eletronicamente por **Virginia Geralda Batista, Presidente do Conselho**, em 09/05/2024, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1416637** e o código CRC **612253ED**.